PEDRO CASQUEL DE AZEVEDO

**PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO:
HISTÓRICO, ASPECTOS FORMAIS E FUNCIONAMENTO**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Doutor Sérgio Resende de Barros

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo – SP

2020

PEDRO CASQUEL DE AZEVEDO

**PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO:
HISTÓRICO, ASPECTOS FORMAIS E FUNCIONAMENTO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Estado, sob a orientação do Professor Associado Doutor Sérgio Resende de Barros.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo – SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que haja citação da fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Azevedo, Pedro Casquel de

Presidencialismo brasileiro: histórico, aspectos formais e funcionamento ; Pedro Casquel de Azevedo ; orientador Sérgio Resende de Barros -- São Paulo, 2020.

392 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Separação de Poderes. 2. Presidencialismo . 3. Democracia. 4. Instabilidade democrática. 5. Constituição. I. Barros, Sérgio Resende de, orient. II. Título.

AZEVEDO, Pedro Casquel. **Presidencialismo brasileiro: histórico, aspectos formais e funcionamento.** Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Direito do Estado, sob a orientação do Professor Associado Doutor Sérgio Resende de Barros.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Resende de Barros

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

É tarefa árdua, senão impossível, agradecer a todos que de um jeito ou de outro foram e têm sido fundamentais em minha trajetória. Mesmo com o risco de me esquecer de alguém, o justo agradecimento se impõe. Sinto-me feliz e privilegiado por ter tantas pessoas a agradecer.

De plano, gostaria de agradecer ao Professor Doutor Sérgio Resende de Barros, por ter-me aceitado para a honrosa posição de seu orientando. Sem sua orientação esta dissertação não seria possível. Agradeço profundamente por sua orientação e por suas valiosas lições, aspectos que muito contribuíram para minha formação, para a evolução de minhas ideias e para que a presente pesquisa pudesse ser desenvolvida.

Também gostaria de agradecer aos Professores Doutores Rubens Beçak e Leonardo Quintiliano, cujas observações, de modo geral e principalmente na banca de qualificação, ajudaram, e muito, na conformação da presente pesquisa.

Aos Professores Doutores Mônica Herman Salem Caggiano, Marcus Orione Gonçalves Correia, Fernando Limongi, Adrian Gurza Lavalle e Patricio Tierno fica também o registro de meu agradecimento. Os créditos cursados, as discussões em sala e a bibliografia apresentada foram, sem sombra de dúvida, responsáveis por parte substantiva do conteúdo e das ideias trabalhadas na presente pesquisa.

Não poderia me esquecer dos amigos que fiz na pós-graduação, aos quais agradeço pela troca de ideias, pelo auxílio e profícua convivência: Bia, André, Valdir, Érica, Alexandre, Rodrigo, Luís Felipe, Pedro Ricetto, Pedro Banhos e Luigi. Também devo os justos agradecimentos a dona Jacqueline, que tanto nos auxiliou desde os primeiros momentos do mestrado.

Aos amigos da vida (aí incluídos os feitos pelo curso do caminho, os da faculdade e os da federal), fica registrado meu agradecimento. Aqui opto pelo agradecimento indistinto, justamente para não cometer sérias injustiças.

Também devo relevantes agradecimentos a minha família. Um agradecimento substantivo e fundamental é devido a meus pais, Lau e Gi, por todo apoio, amor e carinho que sempre me dispensaram. Vocês foram peças fundamentais para esta pesquisa e são fundamentais em minha vida. Igualmente gostaria de agradecer a meus irmãos Yuri e Thomaz, minha sobrinha Olga, minhas cunhadas Giovanna e Luíza, meus avós Raphael,

Leia e Lair, bem como às minhas tias e tios, primas e primos (como a família é grande, o agradecimento aqui também é indistinto). Por fim, agradeço à Anaís, minha namorada, por toda paciência, amor e companheirismo.

A todos que de um jeito ou de outro contribuíram, fica aqui o meu sincero agradecimento.

[...] No political system can generate and maintain in modern societies the degree of economic equality that many people in these societies would like to prevail. No political system can make everyone's political participation individually effective. No political system can make governments perfect agents of citizens. [...] Politics, in any form or fashion, has limits in shaping and transforming lives of societies. This is just a fact of life. I believe that it is important to know these limits, so as not to criticize democracy for not achieving what no political arrangement can achieve. But this is not a call for complacency. Recognizing limits serves to direct our efforts toward these limits; it elucidates directions for reforms that are feasible.

(PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and the Limits of Self government*. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 16)

[...] Entre nós, tradicionalmente, não há presidencialismo, mas sim presidentismo, pois em verdade não temos um “Presidente da República”, mas uma “República do Presidente”, caracterizada pela hipertrofia do Poder Executivo: a exagerada concentração de poderes, inclusive do poder-função de legislar, nas mãos do Presidente da República. Essa situação é uma das causas dos conflitos de Poderes que atormentam o Estado brasileiro, envolvendo até o Judiciário. Até quando perdurará?

(BARROS, Sérgio Resende de. Medidas, provisórias? *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 53, p. 67-82, jun. 2000)

RESUMO

AZEVEDO, Pedro Casquel. **Presidencialismo brasileiro: histórico, aspectos formais e funcionamento.** 392 p. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A presente dissertação analisa o sistema presidencial brasileiro. O sistema presidencial pressupõe a lógica de separação dos Poderes do Estado em um delicado equilíbrio. A ideia de impasse e conflito entre os Poderes é um dos resultados possíveis da dinâmica operativa do sistema presidencial. Uma questão sem maiores problemas em sociedades de preferências homogêneas, no entanto em sociedades plurais e desiguais a disparidade de preferências representadas nos órgãos de poder pode vir a gerar quadros de instabilidade diante da lógica de impasse e imobilismo. A evolução do sistema presidencial e das demandas dirigidas ao Estado também altera o tom da relação entre grupos sociais. Nesse contexto, a Constituição é essencial, precisamente por sua evolução como marco basilar na relação entre os Poderes e na regulação de uma relação compromissária, política e com garantias entre maiorias e minorias. No entanto, para que os pactos constitucionais e institucionais permaneçam válidos mesmo em momentos de crise, é fundamental haver elites constitucionais comprometidas com a democracia, com a Constituição e com os compromissos daí advindos. Com isso, para pesquisa realizada, a questão da estabilidade do sistema de governo acaba sendo de grande relevância. A abordagem segue pela evolução do pensamento republicano, dos sistemas de governo em perspectiva comparada, do histórico do sistema presidencial brasileiro, de seu desenho institucional e das análises sobre seu funcionamento concreto. Pelo fato de o objeto de estudo ser um sistema de governo e tendo em mente a própria instabilidade, o caminho analítico é histórico, jurídico e político, precisamente para buscar uma compreensão mais abrangente do objeto de estudo. A lógica subjacente é a de que, para a melhor compreensão de um fenômeno de relevância constitucional, há a necessidade de que sejam contemplados tanto os fatores de poder quanto o próprio texto normativo.

Palavras-chave: 1. Separação de Poderes. 2. Poder Executivo. 3. Poder Legislativo. 4. Sistema de governo. 5. Presidencialismo. 6. Democracia. 7. Instabilidade democrática. 8. Constituição.

ABSTRACT

AZEVEDO, Pedro Casquel. **Brazilian presidentialism: history, formal aspects and functioning**. 392 p. Dissertation (Master of Laws) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The present dissertation analyzes the Brazilian presidential system. The presidential system presupposes the checks and balances logic in a delicate equilibrium. The idea of deadlock and conflict between the branches of government it's a possible result of the working dynamics of presidentialism. There are no further problems in societies with homogeneous preferences; however in plural and unequal societies the disparity of preferences represented in the branches may generate instability frames considering the deadlock logic. The evolution of the presidential system and of the demands expected from the State also contributes to change the relation between the different social groups. In this context the Constitution is fundamental, precisely because of its evolution as the landmark of the relation of powers and in the regulation of a compromised and secure relation between majorities and minorities. Nevertheless, for the validity of the institutional and constitutional compromises, even in moments of crisis, political elites compromised with democracy, the Constitution and the pacts originated from there, are something fundamental. Bearing this, for the research the question of stability of the government system ends up having great relevance. The approach follows the evolution of the republican thinking, the government systems in comparison, the historic of the Brazilian presidentialism, its institutional design and the analysis realized about its concrete working. Being the object of study a government system and bearing in mind the instability related to it, the analytic approach is historical, juridical and political, precisely to aim for a embracing comprehension of the object of study. The underlying logic is that for a better comprehension of a phenomenon of constitutional relevance its necessary to considerate the real factors of power as much as the legal text.

Key words: 1. Separation of Powers. 2. Executive branch. 3. Legislative branch. 4. Government system. 5. Presidentialism. 6. Democracy. 7. Democratic instability. 8. Constitution.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação direta de inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de descumprimento de preceito fundamental
AgR	Agravo regimental
AI	Ato institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CAS	Comissão de Assuntos Sociais
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação, e Informática
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDR	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CI	Comissão de Serviços e Infraestrutura
CMA	Comissão de Meio Ambiente
CN	Congresso Nacional
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRA	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CRE	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CTFC	Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICG	Índice de Custos de Governo
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INC	Índice de Necessidade de Coalizão
ISS	Imposto Sobre Serviços
MC	Medida cautelar
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MS	Mandado de segurança

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRF	Partido Republicano Federal
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RE	Recurso extraordinário
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVAS E LIMITAÇÕES	23
PRIMEIRA PARTE: GOVERNO REPRESENTATIVO, TIPOLOGIA DOS SISTEMAS E HISTÓRICO DO PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO	37
1 GOVERNO REPRESENTATIVO E TIPOLOGIA DOS SISTEMAS DE GOVERNO	39
1.1 República, democracia e governo representativo	39
1.2 Sistema parlamentar	56
1.3 Sistema semipresidencial	69
1.4 Sistema presidencial.....	76
2 HISTÓRICO DO PRESIDENCIALISMO NO BRASIL	87
2.1 Primeira República.....	88
2.2 Segunda e Terceira Repúblicas	106
2.3 Quarta República.....	121
2.4 Quinta República.....	135
2.5 Sexta República.....	146
CONCLUSÃO PARCIAL.....	159
SEGUNDA PARTE: PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO, O DESENHO FORMAL....	167
3 EVOLUÇÃO DO ESTADO E DA LEI, O PROCESSO LEGISLATIVO E SEUS PRODUTOS	169
3.1 Instabilidades, democratização, alteração do papel do Estado e da lei	169
3.2 Processo legislativo.....	185
3.3 Espécies normativas	200
3.3.1 Emendas à Constituição	200
3.3.2 Leis complementares.....	203
3.3.3 Leis ordinárias	206
3.3.4 Leis delegadas	209
3.3.5 Medidas provisórias	212

3.3.6 Decretos legislativos e resoluções.....	219
4 <i>VETO PLAYERS</i> : PODERES, ÓRGÃOS E PARTIDOS	223
4.1 Poder Executivo	224
4.2 Poder Legislativo	240
4.2.1 Congresso Nacional	241
4.2.2 Câmara dos Deputados.....	243
4.2.3 Senado Federal	256
4.3 Partidos políticos.....	264
CONCLUSÃO PARCIAL.....	283
TERCEIRA PARTE: PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO: QUESTÕES EMPÍRICAS	287
5 INTERPRETAÇÕES SOBRE O PRESIDENCIALISMO	289
5.1 Evolução do campo e estudos sobre o presidencialismo	289
5.2 Interpretações sobre (ou úteis para) o presidencialismo	294
5.3 Presidencialismo de coalizão, ou presidencialismo à brasileira	312
5.4 Os ministérios e as emendas parlamentares ao orçamento	334
5.5 Custos na agenda.....	347
CONCLUSÃO PARCIAL.....	359
CONSIDERAÇÕES FINAIS	363
REFERÊNCIAS	371

INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVAS E LIMITAÇÕES

Como o próprio título revela, o presente estudo pretende abordar o presidencialismo brasileiro. Por certo que diversas questões ou aspectos podem ser levantados e explorados em um estudo relativo a um sistema de governo de dado país em determinado momento histórico; por isso, impõe circunscrever o que será e o que não será analisado.

Convém esclarecer de antemão que o termo usual para se referir ao presidencialismo brasileiro – presidencialismo de coalizão – por si só evidencia algumas coisas. Em primeiro lugar, como é óbvio, que o sistema de governo adotado no Brasil é o sistema presidencial. Em segundo, que em sua dinâmica operativa nacional tal sistema pressupõe a formação de coalizões entre partidos. O que isso significa? Basicamente, que o sistema brasileiro é multipartidário e que, para que o governo consiga formar maioria, é necessário que faça acordos e alianças com outros blocos partidários que não exclusivamente o seu.

De certo modo, a necessidade de formação de coalizões decorre de uma das facetas do desenho institucional do presidencialismo em suas origens e, mais do que isso, das próprias origens do governo representativo. Justamente a separação de Poderes.

Já rezava o emblemático artigo 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que a sociedade que não garante direitos nem estabelece a separação de Poderes não possui Constituição. Forte em tal ideal, os pais fundadores do sistema presidencial conceberam o sistema dentro de uma rígida lógica de separação de Poderes. O Legislativo foi dividido em duas casas, atendendo a interesses federativos, bem como para se evitar a concentração de poderes e o arbítrio, justamente porque seria tal Poder o responsável pela elaboração da lei que a todos governa e submete. O Executivo, para a realização de suas competências administrativas, por diversas vezes depende da obra do Legislativo ou mesmo de sua aquiescência expressa. Em tal desenho, o Executivo não foi concebido com poderes de ingerência na seara legislativa, cabendo-lhe somente o poder de veto¹, um veto total, porém suspensivo, haja vista que pode ser rejeitado pelo Legislativo. De modo que, para que o governo de fato governe, há a necessidade de uma relação entre três atores institucionais: as duas casas legislativas e o Poder Executivo.

Nesse contexto, o sistema era organizado a partir de uma concepção de lei e de seu papel. Conforme o tempo passou e as necessidades sociais se alteraram, mudaram também

¹ Sobre o veto, em estudo específico, cf. BARROS, Sérgio Resende de. *O veto: uma proposta para a nova República*. 1987. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

as competências do Estado e com isso a lei ganhou novos contornos e funções. Menciona Ferreira Filho² que o Estado de bem-estar social foi o grande responsável pela inflação legislativa, algo que alterou a própria dinâmica da relação entre os Poderes.

O constitucionalismo social passou a impor ao Estado a adoção de políticas públicas dirigidas à obtenção de uma base material de dignidade para os trabalhadores que eram espoliados em suas forças de trabalho e tinham seus direitos de cidadania negados. Esse conteúdo social – que desde as Constituições de Weimar e do México passou a integrar as declarações de direitos de diversos textos constitucionais – não surgiu de forma “apodítica”, sem um antecedente histórico. O constitucionalismo social é resultado fundamental de lutas e conflitos, resultado da questão operária, da universalização do sufrágio e do surgimento de partidos de massas.

Os partidos políticos, com seu surgimento, alteraram fundamentalmente a separação dos Poderes. No início eram vistos, principalmente no contexto estadunidense, como uma figura deletéria, como facções que buscavam o poder, segregavam a sociedade e impediam a conformação da relação dos Poderes de forma a se buscar a vontade geral, encarnada pela lei enquanto produto daquela relação. Em suma, pretendia-se uma realidade política sem partidos; no entanto, com seu surgimento a relação entre os Poderes passou a ser ditada pelas bancadas partidárias, atenuando-se as linhas da separação, pois, como aponta Duverger³, se o Executivo possui uma base de apoio majoritária, não existe de fato separação de Poderes. Posteriormente, com o direcionamento das pautas operárias para consolidação nas declarações de direito, as competências do Estado mudaram e, conseqüentemente, ganhou ênfase a atuação do Executivo na direção de políticas públicas, com novas demandas institucionalizadas e a necessidade de mais rapidez, de modo que, com a concentração das competências no Executivo e o *welfare State*, a lei passou a ser um instrumento de governo.

Como menciona Barros⁴, o Estado passou a ser social no conteúdo e de direito na forma. Pode-se acrescentar a isso que, com a democracia tornando-se o termo designativo do governo representativo a partir do século XX, o Estado de direito na forma e social no

² Cf. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Do processo legislativo*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 146-150. No mesmo sentido, cf. MORAES, Alexandre de. *Presidencialismo*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 127. Cf. também BARROS (1987).

³ Cf. DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. Trad. Julieta Campos e Enrique González Pedrero. México, DF: FCE, 1957. p. 419-428.

⁴ Cf. BARROS, Sérgio Resende de. Medidas, provisórias? *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 53, p. 67-82, jun. 2000.

conteúdo passou a pressupor uma legitimação democrática para suas instituições e para as obras de tais instituições.

Não é demais destacar que no período das revoluções burguesas, quando de fato surgiu o governo representativo, apesar das amplas declarações de direitos civis e políticos, o desenho institucional era elitista. Elementos censitários eram adotados para limitar a participação da população na condução da coisa pública; além disso, o desenho institucional era concebido para possibilitar somente mudanças pautadas pelo consenso. Com isso, o impasse não era só algo previsível, mas uma necessária pressuposição na tônica liberal de que, do entrelaço de forças, adviria alguma forma de equilíbrio⁵ entre as diferentes pautas e interesses. A lógica de impasse é bem exemplificada no caso do sistema presidencial, afinal, para a alteração do *status quo* pressupõe-se a convergência da vontade institucional de duas casas legislativas e do Poder Executivo.

A universalização do sufrágio opera-se como uma resposta ao perigo revolucionário da massa operária alijada da condução da coisa pública, apesar de ser por ela obrigada. Entre revolução e reformismo, a universalização do sufrágio e o surgimento dos partidos operários correspondem à segunda opção, precisamente o aceite de soluções limitadas no curto prazo, mas asseguradas pela forma jurídica, também uma reação possível às iniquidades socioeconômicas e políticas.

Com a sucessão de elites, os ideais democráticos ficaram cada vez mais agregados ao pensamento dominante, quase como uma ideologia democrática. Há, nesse processo, como pontua Rustow⁶, uma “seleção natural” de elites no curso da História, de modo que acabaram sobrevivendo politicamente as que se encontravam fiéis a tais ideais. Basicamente, os ideais liberais clássicos culminaram em um desenho institucional, com o constitucionalismo social e a questão dos partidos de massa, os ideais liberais passaram a conviver com outros, mas sem grandes alterações na forma, no desenho institucional, algo que tem impacto na relação entre os Poderes, nas políticas e nas possibilidades de alteração do *status quo*.

Na atual quadra tornou-se a democracia representativa, balizada pelo mecanismo eleitoral de seleção de elites políticas, a grande fórmula pela qual os conflitos políticos e antagonismos sociais são processados internamente em dada institucionalidade. Assim, as instituições se prestam a uma reprodução mediada de tais conflitos, com o que a atuação do

⁵ Cf. SCHMITT, Carl. *The crisis of parliamentary democracy*. Cambridge: The MIT Press, 1998.

⁶ Cf. RUSTOW, Dankwart A. Transition to democracy: toward a dynamic model. *Comparative Politics*, New York, NY, v. 2, n. 3, p. 337-363, 1970.

Estado, a partir de balizas programáticas constitucionais, conforma-se aos consensos e interesses majoritários reproduzidos dentro dessa institucionalidade. Nesse contexto, ganham profunda relevância as disparidades sociais em termos político-econômicos relativamente à visibilidade de determinadas pautas, bem como a capacidade de que as expectativas a partir dos compromissos fundamentais daquela dada institucionalidade, representados pelos direitos e garantias constitucionalmente positivados, sejam atendidas. E isso justamente para que a própria ordem social e jurídica seja estável e capaz de cumprir as promessas de justiça e desenvolvimento encarnadas pelas declarações de direitos.

Voltando ao sistema presidencial, este é adotado pelo Brasil desde sua primeira Constituição republicana, em 1891. No entanto, apesar da clara influência do modelo estadunidense no modelo presidencial brasileiro, este se distinguiu de seu paradigma desde o princípio. No Brasil, desde sempre o Executivo gozou de maiores poderes de ingerência no processo legislativo, com uma iniciativa ampla que posteriormente foi acrescida do poder de veto não somente total, mas de itens. Outros instrumentos depois foram agregados à esfera do Executivo, que passou inclusive a poder alterar unilateralmente o *status quo* vigente, em um primeiro momento por meio de decretos-leis e mais adiante por meio de medidas provisórias. Há, ainda, a iniciativa em matéria constitucional, a iniciativa privativa em determinadas matérias e o pedido de urgência. Nesse sentir, o presidente brasileiro sempre gozou de grandes poderes, os quais, pela evolução de nossa experiência institucional, seguem certa linearidade em seu fortalecimento, principalmente graças aos períodos ditatoriais.

O quadro partidário brasileiro também guardou diferenças com relação ao modelo estadunidense. Inicialmente regionais, os partidos políticos somente passaram a ser nacionais por imposição da Lei Agamenon e, posteriormente, do texto constitucional de 1946. O sistema eleitoral, diversamente do distrital majoritário estadunidense, é o proporcional desde 1932, ainda que antes de 1946 pudesse ser considerado misto. É um sistema que tem a virtude representativa, propondo-se a dar representatividade aos diversos grupos sociais organizados, algo relevante por se prestarem as instituições representativas à reprodução mediada dos conflitos existentes e decorrentes da própria heterogeneidade social. Tal desenho, como sugerem as leis de Duverger, tem implicação na formatação do quadro partidário, tendendo a gerar multipartidarismo.

Um Executivo poderoso, um sistema eleitoral proporcional, um Legislativo bicameral, são feições institucionais adotadas pelo texto constitucional de 1988, seguindo a própria tradição institucional brasileira. Em termos concretos, isto significa um sistema

presidencial multipartidário, que concentra uma série de competências e instrumentos no Poder Executivo, mas que, devido ao sistema eleitoral, dificilmente conseguirá maioria no Congresso somente com seu partido. Assim, as alianças partidárias para alcançar maioria são uma imposição do sistema. O último presidente brasileiro cujo partido conseguiu a maioria dos assentos no Congresso foi Dutra, que mesmo assim fez alianças.

Isso tem significação diante das competências e obrigações constitucionalmente impostas ao Estado brasileiro, visando à promoção de desenvolvimento, superação de desigualdades regionais e sociais. Nesse contexto, políticas públicas para concretizar as determinações constitucionais são absolutamente essenciais, tanto por conta de determinações constitucionais expressas quanto pelas disparidades socioeconômicas existentes. Seja como for, para que o *status quo* se altere e as políticas possam ser encaminhadas, é imperativa a convergência dos Poderes, o que no contexto de multipartidarismo significa a convergência dos partidos.

Apesar dos formidáveis poderes presidenciais, não há possibilidade de se governar sem que a agenda do governo seja chancelada pelo Congresso. Inclusive as medidas provisórias requerem maioria para sua conversão em lei. Antes delas, os decretos-leis, a despeito da aprovação por decurso de prazo, também precisavam de tal chancela, ainda que de modo meramente formal em tal caso.

Ademais, a própria natureza analítica do texto constitucional por vezes impõe a necessidade de aprovação de emendas para promover a agenda do governo, algo até questionável, mas que demanda três quintos dos membros do Congresso, em dois turnos e nas duas casas.

Em suma, para que o governo possa prestar contas aos cidadãos, alguma agenda ele deve ter, seguindo sua plataforma de campanha. E para que tal agenda consiga sair do aspecto propositivo, transformando-se em política pública, é fundamental a edição de instrumentos legais para sua consecução. Isso pressupõe a relação entre Poderes e partidos, que não são independentes, mas interdependentes.

Mas isso em um vislumbre mais abstrato e de cunho histórico. É que existem outros elementos, mais recentes em escala temporal, que são intimamente ligados à necessidade de maiorias e impasses na relação entre os Poderes e que permitem observar alguns dos contornos fundamentais que justificam a escolha e a importância do tema e seu estudo.

As eleições de 2014, disputadas voto a voto e marcadas por uma profunda divisão social entre os grupos que militavam a favor de cada um dos grupos políticos que se opunham, acabaram por demarcar o início de um processo de intensa crise política,

potencializada por uma crise econômica, com aspectos que até o presente momento não foram superados em sua inteireza. O momento posterior à eleição propiciou novos questionamentos com relação ao funcionamento de nosso sistema de governo, mas eles ainda seguiam orientados pelos ânimos exaltados decorrentes da divisão sociopolítica que vinha desde a eleição e ainda era sentida.

Em meio à crise econômica aguda que ameaçava a população brasileira e as conquistas sociais representadas pelo projeto político do grupo que se sagrou vitorioso nas eleições, o Poder Executivo enfrentou, além de inúmeras derrotas, dificuldades profundas em sua relação com o Poder Legislativo. Já se antevia esse processo desde a eleição da mesa diretora da Câmara dos Deputados com um discurso de autonomia do Legislativo, algo redundante, tendo em vista que os Poderes são independentes e harmônicos. Contudo, tal discurso em verdade revelava contextualmente um cenário de crise política, um processo constante de afastamento das forças políticas que funcionava internamente aos Poderes, gerando inquestionável conflito e instabilidade.

Tal cenário de conflito entre os Poderes constituídos, com o distanciamento de seus pontos ideais, permeado por estratégias, desejo de poder e também antagonismos políticos, produziu um contexto de impasse no enfrentamento das questões econômicas e no combate à crise, tudo isso em meio a um turbilhão de manifestações populares e polarização política. Nesse contexto, algumas vozes clamavam a alteração do sistema de governo, ou de sua forma, colocando na conta do regime republicano ou mesmo do sistema presidencialista a responsabilidade pela crise. Alguns sugeriam a opção parlamentarista, cuja adoção havia sido rejeitada em plebiscito no ano de 1993; outros, a recusada opção da monarquia parlamentar, ou mesmo a solução semipresidencialista à francesa.

Seja como for, tal quadro culminou na aprovação do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff em 2016, algo que também marcou uma profunda cisão social entre seus partidários e seus opositores, quase repetindo o cenário de 2014, em um processo institucionalmente traumático e polarizador em seus diversos aspectos como motivação, tipificação, adequação jurídica ou não de tal instituto, dentre tantos outros. Contudo, cabe pontuar que o *impeachment*, por si só, traz ao debate a questão da ausência de maioria parlamentar por parte do Poder Executivo, da ausência de uma base sólida e estável. E isso porque, contextualmente, para além das questões jurídicas, para que o *impeachment* seja aprovado é necessário que o apoio do Executivo seja inferior a um terço dos membros do Congresso Nacional, ou seja, um cenário de um Executivo minoritário.

Seria tal cenário inteiramente novo? Seria, assim, o conflito na relação entre o Executivo e o Legislativo algo tão inédito que, para mencioná-lo, fosse necessário que se lhe apontasse o dedo?⁷ Seria algo distante das teorizações já efetuadas sobre o tema, algo não antevisto, não estudado?

Evidentemente não. Diversos estudos, em diversos campos, debruçaram-se sobre as questões da viabilidade e das virtudes de determinados sistemas de governo. Houve, por ocasião do regresso de diversas repúblicas à democracia após períodos ditatoriais, uma profusão de estudos sobre sistemas de governo, suas virtudes e falhas, suas propensões à estabilidade ou instabilidade, com a elaboração de interessantes análises sobre a viabilidade dos diversos sistemas. Nesse contexto, a própria redemocratização do Brasil suscitou uma série de análises sobre o presidencialismo brasileiro e sua propensão à instabilidade, observado seu histórico.

Com isso, já se coloca um horizonte relevante para o estudo que se pretende levar a cabo. Muito embora se trate de um estudo jurídico, pela multiplicidade possível de enfoques sobre um mesmo objeto – que nesse contexto envolve não só o desenho jurídico de um dado sistema de governo, mas também sua prática no que tange à instabilidade –, a abordagem interdisciplinar permite, dentro das limitações propostas, um vislumbre profícuo e essencial à contemplação de eventuais problemas do presidencialismo brasileiro. Nesse contexto, analisar o objeto de estudo evidenciando aspectos de seu funcionamento concreto e do próprio desenho institucional, em perspectivas complementares, permite uma compreensão interessante da temática, que por sua relevância nos últimos tempos, além dos questionamentos que propiciou, justifica a escolha e a importância do tema.

Diante de tais linhas gerais, já é possível precisar de forma mais clara as questões concernentes ao tema da pesquisa. Como dito anteriormente, pretende-se realizar um estudo sobre o presidencialismo brasileiro, o presidencialismo de coalizão, ainda que o sistema presidencial multipartidário não seja exclusividade brasileira.

Um estudo sobre o sistema presidencial em tais termos deve ter em conta as regras eleitorais, a formatação do quadro partidário, as peculiaridades do processo legislativo enquanto arena na qual se opera a relação entre os Poderes, assim como a evolução

⁷ Como alegoria, a recordação é de Gabriel Garcia Márquez, em seu *Cem anos de solidão*, quando escreve que em Macondo tudo era tão recente que lhe faltava o nome, de modo que, para se referir a algo, era necessário apontar-lhe o dedo. Cf. GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel. *Cem anos de solidão*. Trad. Eric Nepomuceno. 105. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

institucional do país. Além disso, a própria relação entre os Poderes e os partidos, em sua dinâmica concreta, têm relevância para a exposição.

Basicamente, não é possível compreender em plenitude as peculiaridades e inconsistências de um sistema de governo observando somente seu desenho normativo, principalmente quando o pano de fundo é a instabilidade de tal sistema. Nesse contexto, o percurso histórico é fundamental para compreender os caminhos e inconsistências verificados no curso do tempo. Com relação à dogmática, ao desenho normativo do sistema, suas implicações são fundamentais por fornecerem balizas sobre a arena e as possibilidades dos agentes envolvidos. História e instituições importam para as feições concretas de dado sistema.

Por seu turno, as feições concretas, observadas empiricamente, demonstram alguns problemas do sistema, além das dificuldades envolvidas na coordenação de uma miríade de atores partidários em um sistema multipartidário, os custos envolvidos nas transações, bem como as dificuldades ainda maiores impostas por tal desenho às políticas de alteração do *status quo*. Mas isso sem olvidar, obviamente, que a própria democracia representativa, considerada como método de processamento de conflito social, é limitada em suas possibilidades.

Consideradas as questões do desenho normativo, a história e o funcionamento concreto, tudo isso sob a égide da Constituição, é fundamental um referencial teórico sobre a Constituição, seu sentido e seu papel, precisamente por se tratar de um estudo de direito constitucional. Nesse contexto, ganham relevância as observações de Hesse⁸ como pano de fundo de toda a exposição que se seguirá, justamente no sentido de que os fatores reais de poder determinam as possibilidades de aplicação do texto constitucional, mas a “vontade de Constituição” é fundamental. Isto significa que somente é possível dar uma aplicação ótima ao texto conjugando os aspectos políticos com os jurídicos. Como pontua Hesse, nenhuma força no mundo, nem mesmo a Constituição, tem condições de alterar a imperativa realidade, mas tais limites diminuem exponencialmente quando há “vontade de Constituição” e não somente “vontade de poder”, sendo que essa “vontade de Constituição” deita raízes no valor de uma ordem normativa sólida, mais do que legitimada pela realidade fática e que, pressupondo a vontade humana com ela conforme, logre ter tal força para mudar a própria realidade. Essa deferência à Constituição, em tal contexto, é

⁸ Cf. HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. In: HESSE, Konrad. *Temas fundamentais de direito constitucional*. Textos selecionados e traduzidos por Carlos dos Santos de Almeida, Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 123-146.

fundamental principalmente nos momentos em que se mostra incômoda, pois os ganhos decorrentes do respeito à Constituição na conformação de uma estrutura dotada de solidez, de um Estado sólido, são significativamente superiores aos decorrentes do atendimento de interesses momentâneos, de curto prazo.

A lógica básica da exposição é a de que, para a estabilidade da democracia e da própria institucionalidade, há a necessidade de “vontade de Constituição”, uma vontade que se exprime em um sentido simbólico, mas que também pode ser impactada pelo próprio desenho institucional da relação dos Poderes e atores.

É que a separação dos Poderes não é um fim em si mesmo, mas sim uma receita política destinada a controlar o poder preservando direitos. Nesse sentido, a Constituição e os direitos fundamentais nela elencados estabelecem o “o quê”, no sentido de que sua efetivação e tutela são aspectos fundamentais do que o Estado deve fazer, enquanto o desenho dado à separação em seus contornos dinâmicos revela o “como”, ou melhor, os impactos do desenho institucional na efetivação dos direitos fundamentais, considerando que a separação de Poderes não é disposição ensimesmada.

Nesse contexto, observar os fatores reais de poder, seu percurso histórico, permite compreender algumas limitações da própria realidade ao projeto de Estado constitucionalmente delineado. As relações entre Executivo e Legislativo, moderadas pelo quadro partidário, são fundamentais para entender os gargalos e entraves envolvidos na realização de tal projeto constitucional, afinal, é em tal seara política que se concebem os instrumentos de concretização das determinações constitucionais.

Ponderar ajustes somente é possível observando a realidade em seu percurso histórico e em seu desdobrar concreto. Não que isso infirme a força normativa do texto constitucional; ao contrário, propõe-se a compreender e analisar formas que melhor serviriam para organizar os fatores de poder, abrindo espaço para políticas capazes de alterar o *status quo* social de forma coerente com os caminhos delineados no projeto de Estado constitucionalmente concebido.

O aspecto histórico também ganha relevância diante dos episódios do passado. É que a história democrática brasileira não é uma história de estabilidade. Uma breve incursão histórica permite verificar uma série de episódios de golpismos, rupturas, práticas políticas fisiológicas, evidenciando conturbadas relações entre as elites políticas, entre os Poderes e entre os partidos.

Nesse sentir, o trabalho possui três eixos fundamentais que se complementam na exposição sobre o presidencialismo e que são refletidos na própria organização do texto: 1)

um eixo histórico, focado na evolução da experiência republicana brasileira e na evolução do presidencialismo, sem dispensar uma exposição sobre a própria evolução do pensamento republicano e outras experiências institucionais; 2) um eixo formal ou dogmático, que expõe a estruturação do sistema presidencial brasileiro pela Constituição de 1988, a concentração histórica de competências no Executivo, o processo legislativo e os atores que relevam em tal processo, além de explorar dimensões sobre a própria evolução do desenho institucional; e 3) um terceiro e último eixo sobre o funcionamento mais empírico, que permite compreender as relações concretas dos fatores de poder, as questões envolvidas, os *trade-offs*, os custos deliberativos, os impactos do desenho institucional no moldar de tais relações.

Estudar tal tema a partir do direito do Estado, do direito constitucional se justifica, pois é um trabalho sobre instituições, que se elabora a partir de um sentido com relação à Constituição e seu papel, ainda que a proposta não seja puramente descritiva de dada institucionalidade em uma abordagem dogmático-normativa. Não se trata, portanto, de uma abordagem estritamente dogmática, mas que também não se propõe a uma análise pura da sociologia dos fatores de poder. Estudar o presidencialismo em termos jurídicos, conforme ora proposto, a partir de um sentido de Constituição, visando a analisar suas inconsistências e descompassos, impõe que a análise observe os contornos dogmáticos do sistema, mas que a eles não fique restrita, sob o risco de olvidar algo fundamental: o funcionamento concreto de dada institucionalidade. E é justamente aí que se mostram as inconsistências e problemas de dada institucionalidade, principalmente quando o pano de fundo é a questão da instabilidade.

A exposição em tais linhas permite aliar diferentes ângulos de enfoque de um mesmo objeto de estudo. Nesse sentido, a análise jurídico-normativa atenta aos aspectos históricos, ao desenho institucional e ao funcionamento concreto do presidencialismo brasileiro permite ganhar precisão analítica para contemplar eventuais problemas do sistema, bem como ajustes possíveis.

O presidencialismo brasileiro, a fragmentação partidária, as coalizões, o sistema eleitoral, são fatores que impõem consequências para a estabilidade institucional, bem como para os resultados que podem ser produzidos dentro das balizas constitucionais. Compreender o sistema e suas peculiaridades, por si só, já seria tarefa de suma importância. No entanto, o histórico recente, de uma quase perene crise política e mais um processo de *impeachment*, chegando a dois em um intervalo temporal de menos de 25

anos, são fatores que, mais do que revelar a importância, mostram a necessidade de um incessante labor na compreensão das inconsistências do sistema.

Assim, não bastaria uma interpretação meramente dogmática do sistema jurídico para fazer frente às tarefas que o estudo se propõe; tampouco tal abordagem permitiria analisar por completo as inconsistências do sistema presidencial brasileiro que motivam a realização da análise. É necessário lançar mão de uma investigação de cunho histórico, jurídico e político. Para empreender uma análise interdisciplinar como a pretendida, ganham relevância os referenciais bibliográficos. Nesse contexto, são passos fundamentais a análise de textos jurídicos, de textos legais, de decisões judiciais, bem como de reportagens, dados demográficos e estatísticos existentes em repositórios oficiais, além da incursão na própria bibliografia da Ciência Política sobre o tema.

No plano histórico, a perspectiva é cuidar da descrição, evitando-se anacronismos, valendo-se de dados e referenciais, até mesmo jornalísticos, para situar as percepções dos atores e expectadores dos diversos episódios da história nacional, enfatizando, obviamente, a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo. No plano jurídico, uma circunscrição temporal se impõe, tendo em vista que cuidar das balizas jurídicas do presidencialismo a partir da Constituição de 1988 já é por si só tarefa ampla. Não que isso afaste a exposição histórica sobre as balizas jurídicas do sistema em sua evolução, tendo em vista que a exposição acabará por cuidar do processo legislativo e dos atores envolvidos.

Nestes dois planos, histórico e jurídico, há um sentido mais palpável com relação ao objeto, o que permite que a exposição se valha de anteparos estatísticos, quando interessantes para a exposição, bem como uma narrativa mais focada no objeto em si. No plano concreto, das investigações de ordem empírica, a dificuldade reside em reconstruir os debates do campo da ciência política, de modo que a exposição acaba centrada nas interpretações que já foram realizadas, algo que não foge do objeto e de sua explicação.

No mais, diversamente do que ocorre com um estudo cujo foco são perspectivas positivistas de mera descrição, reduzindo os aspectos da influência de “considerandos” normativos, a presente investigação é jurídico-normativa. Mais do que isso, parte de dada concepção de Constituição. Essa perspectiva tem impactos analíticos, de sorte que há distanciamento crítico, mas não neutralidade quanto aos fins do sistema, isto é, à forma pela qual ele deve funcionar para alcançar a realização plena dos comandos constitucionalmente impostos.

Cabe aqui destacar que em qualquer investigação de natureza científica a questão dos juízos de valor é delicada, sendo que, como destaca Melo⁹, muitas vezes estes se encontram implícitos em assunções estabelecidas. Trata-se de uma questão complexa, tanto que Weber¹⁰ chega a mencionar que a academia não é o local adequado para profetas e demagogos. O ponto é que os valores acabam sendo inerentes à própria existência humana, principalmente quando o problema científico não cuida de ciências naturais com relações causais mais evidentes, pautando-se, ao contrário, pela própria evolução de interpretações. Assim, como salienta Kelsen¹¹, não há como negar a existência de valores, mas o ponto reside justamente na coexistência destes e em seu caráter relativo.

Assim, como destacado, parte o presente estudo de certo sentido de Constituição e seu papel, a partir de referenciais jurídicos. Mesmo porque, como pontua Ferraz Júnior¹², “o objeto de estudo do jurista é [...] um resultado que só existe e se realiza numa prática interpretativa”, ou seja, é pressuposta a existência de uma prática interpretativa anterior, de modo que o sentido somente é obtido a partir dos referenciais relativos àquela própria prática interpretativa. A validade de tal interpretação, no entanto, somente é obtida a partir de elementos dotados de certa convencionalidade, isto é, de quando determinada interpretação é tida como válida¹³. Neste particular, o sentido de Constituição haurido a partir de Hesse, sob tais critérios, é inegavelmente válido para balizar a empreitada.

Com relação ao enfoque de uma investigação científica, Ferraz Júnior¹⁴ salienta duas possibilidades: uma que dá relevo para a pergunta, com função especulativa e questionando as opiniões acerca do tema, referida por zetética; e outra, referida por dogmática, que enfatiza o lado da resposta, com função diretiva, limitando as questões.

Desse ponto de vista e diante das distinções feitas por tal autor¹⁵, o presente estudo envolverá elementos de zetética empírica pura, pela preocupação relativa ao histórico e funcionamento do presidencialismo enquanto prática. No entanto, pela preocupação com o

⁹ Cf. MELO, Marcus André. MELO, Marcus André. Institutional design, normative political theory and accountability. *Revista Direito GV*, São Paulo, n. Especial, p. 195-207, nov. 2005.

¹⁰ Cf. WEBER, Max. Science as a vocation. In: WEBER, Max. *The vocation lectures: Science as a vocation – Politics as a vocation*. Cambridge: Heckett, 2004b. p. 20-21.

¹¹ Cf. KELSEN, Hans. *A democracia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 203, nota 70.

¹² Cf. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do Direito: decisão, técnica e dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 16.

¹³ Cf. WEBER (2004b, p. 19).

¹⁴ Cf. FERRAZ JUNIOR (2013, p. 16-28).

¹⁵ Em termos singelos, a distinção é feita entre zetética analítica e zetética empírica, a primeira com predomínio do elemento especulativo e a segunda centrada nos elementos colhidos no nível da experiência. Ambas podem, ainda, ser subdivididas com relação à aplicação técnica dos resultados, se despidos de um sentido de aplicação (zetética pura), ou se podem ser aplicados para fins de aperfeiçoamento (zetética aplicada). Cf. FERRAZ JUNIOR (2013, p. 16-28).

funcionamento e seu aperfeiçoamento, há também elementos de zetética empírica aplicada. No mais, pelo envolvimento de relações de poder e seus pressupostos (haja vista o enfoque na estabilidade), existem elementos de zetética analítica, tanto o aspecto puro, pelo nível de abstração, quanto o aspecto aplicado, pela abordagem em sentido instrumental de tais pressupostos para o aperfeiçoamento do sistema.

Cabe destacar que o enfoque zetético não afasta a necessidade e utilidade de algumas premissas, principalmente quando a investigação é jurídica e parte de conceitos e interpretações, ainda que estas não sejam exclusivamente jurídicas, mas tenham relevância de tal natureza. Com isso, pela abordagem interdisciplinar, os recortes se interseccionam, por conta de a delimitação do objeto de estudo encontrar-se em uma “zona cinzenta”, havendo a relevância, inclusive, de premissas dogmáticas, principalmente com relação à Constituição.

Para o estudo do presidencialismo – que envolve um fenômeno político com uma dimensão prática inexorável – em uma investigação jurídica, com uma dimensão institucional e dogmática pressuposta, acabam por ter relevo para o enfoque tanto a prática quanto o desenho institucional. Por isso, o enfoque considera tanto questões de ordem zetética quanto premissas de ordem dogmática, precisamente pela problemática das instabilidades e pelo relevo do desenho institucional com relação a tal problemática.

Neste ponto, como salienta Ferreira Filho¹⁶, não deve o jurista contentar-se com a mera exegese de textos legais, descrevendo “castelos no ar”; ao contrário, considerado em particular o direito constitucional e o contingente de estudos produzidos no âmbito da ciência política, deve “manter os pés na terra”, fazendo uso dos estudos produzidos em tal seara, para obter diagnósticos mais precisos. Bem por isso, para uma compreensão mais holística da problemática do presidencialismo a abordagem interdisciplinar se impõe, congregando elementos zetéticos e dogmáticos, empíricos e analíticos, puros e aplicados, bem como jurídicos, políticos e históricos.

Nesse contexto, o trabalho será realizado a partir do método investigativo crítico e dialético, no sentido de que a exposição se pautará, substancialmente, pela investigação crítica contrapondo e encadeando argumentos. No aspecto procedimental, o método consistirá na análise histórica, comparativa, descritiva e explicativa. A exposição se encadeará de forma basicamente descritiva e explicativa, em conformidade com as premissas epistêmicas que permeiam o próprio estudo.

¹⁶ Cf. FERREIRA FILHO (2012, p. 25).

O trabalho vale-se de três enfoques, de sorte que a estruturação dos argumentos se dá em três partes, cada qual refletindo um dos enfoques. A primeira, com dois capítulos e uma conclusão parcial, aborda a questão do governo representativo, dos diferentes sistemas de governo e o histórico do presidencialismo brasileiro, enfatizando a questão dos conflitos e problemas. A segunda, também com dois capítulos e uma conclusão parcial, cuida da parte mais dogmática do trabalho, explorando questões concernentes à relação dos Poderes e sua evolução, em uma análise do desenho institucional do presidencialismo brasileiro. Já a terceira parte do trabalho, com um capítulo e uma conclusão parcial, cuida das interpretações sobre o funcionamento empírico do sistema presidencial, analisando a evolução dos posicionamentos sobre tal objeto, bem como alguns reflexos da dinâmica do multipartidarismo e os custos da governabilidade. Para concluir, as considerações finais buscam, diante das ideias trabalhadas e dos limites do trabalho, propor eventuais alterações do desenho institucional, para seu aprimoramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no curso do trabalho, considerando-se o antagonismo das preferências e interesses em sociedades heterogêneas, o papel da institucionalidade é moderar tais conflitos, reproduzindo-os de forma mediada. Assim, a capacidade em abstrato de atendimento dos interesses e necessidades, a factibilidade das expectativas daí advindas, é fator fundamental de estabilidade do pacto que funda e regula a dialética política entre eventuais maiorias e minorias, nesse particular, a redução das desigualdades. Trata-se de um compromisso constitucional e um objetivo fundamental da República, justamente pela relevância do contexto socioeconômico na própria estabilidade institucional. Para tanto, é necessário que haja adesão à institucionalidade, principalmente pela assimetria de poder existente entre os grupos interessados na revisão de tal situação e os que por ela são beneficiados.

Essa adesão à Constituição e seus programas, enquanto representação de compromissos civilizatórios, deve ser algo a operar quase como uma ideologia constitucional, gerando uma adesão inabalável à institucionalidade como arena para as disputas políticas, sem subversão de regras e boa vontade hermenêutica forçando seus limites. Não se olvida que em disputas polarizadas é difícil o respeito às regras; a polarização é algo mesmo natural em sociedades desiguais e heterogêneas, considerando que em tal cenário quem perde a disputa possui poucos incentivos para aceitar o resultado. Aí ganha importância a estrutura de moderação gerada pela separação de Poderes e as declarações de direito, com o que se produz uma estrutura compromissária de mudança pautada pelo consenso, que traz segurança política instrumentalizada pela estrutura jurídico-constitucional. Mas isto somente se houver adesão, deferência e respeito à institucionalidade, algo intimamente ligado ao próprio espírito das ideias trabalhadas pelas revoluções burguesas e que culminaram nas opções institucionais estadunidenses. No entanto, tinham considerável sentido tais percepções diante dos direitos que tal estrutura se propunha a tutelar, direitos individuais que implicavam abstenção do Estado, sendo justificável, portanto, o impasse sobre a mudança. Com a alteração das competências e exigências do Estado, a separação dos Poderes e seu sentido de produção de impasses, ante a necessidade de que mudanças sejam pautadas pelo consenso, impõe novas percepções, sem que se percam de vista as virtudes em termos de aceite dos resultados eleitorais.

Para tanto, é imperativo que haja adesão à Constituição e seus programas e projetos como norte indissociável dos rumos políticos do Estado, para que as possibilidades dos agentes somente se mostrem como admissíveis dentro da arena constitucionalmente delimitada e direcionada ao atendimento dos fins constitucionalmente positivados. Cabe aqui mencionar que os próprios direitos sociais e econômicos, representativos do compromisso constitucional com políticas de bem-estar social, no contexto de seu surgimento eram expressão da institucionalidade como arena adequada para atendimento às expectativas sociais de desenvolvimento, emancipação e construção de sociedades mais justas. Nesse sentido, é fundamental que a institucionalidade tenha condições de atendimento a tais expectativas legítimas para que haja adesão à Constituição como condição de possibilidade de atendimento a tais necessidades, ainda que de forma lenta e gradual, como uma espécie de compromisso fundamental (até porque aquele que vê na institucionalidade suas expectativas protegidas tem poucos incentivos para contra ela insurgir-se). Com isso, a perspectiva é a de transformação da Constituição em um mito, em um totem representativo da autoridade em um pacto civilizatório celebrado em encruzilhadas históricas, com promessas de progresso e justiça, sem abrir mão de conquistas já realizadas e instrumentalizadas pela forma jurídica. Como mencionado, uma espécie de ideologia constitucional. Somente com isso as promessas constitucionais, rompendo com privilégios de grupos e interesses específicos, com os desequilíbrios de poder que marcaram o percurso social brasileiro, poderão ser efetivadas concreta e materialmente, deixando de ser apenas promessas.

Das questões observadas no curso da exposição, a instabilidade do presidencialismo brasileiro em situações de polarização e crise parece ser o mais grave, porque demonstra um baixo apego das elites políticas à institucionalidade vigente em tais momentos. As instabilidades e rupturas devem ser creditadas, em boa monta, ao perfil das elites políticas que cedem a urgências momentâneas, ainda que em detrimento da construção de uma institucionalidade e um Estado dotados de solidez, da Constituição e de seu papel; mas também há um aspecto fundamental do desenho institucional e sua incapacidade para lidar com impasses em contextos de polarização. O ponto, portanto, é justamente, considerando a operabilidade do presidencialismo multipartidário, contemplar ajustes e mecanismos que permitam a formação de maiorias sólidas e estáveis.

Seja como for, é necessário frisar que nenhum desenho institucional é capaz de conter elites políticas pouco comprometidas com a democracia, sua estabilidade e a estabilidade de suas instituições.

De qualquer forma, o papel do presente item, como o próprio título sugere, é fazer considerações finais, apontando para alternativas diante de alguns dos problemas explorados no curso do texto. O ponto substantivo é que, por conta do multipartidarismo, os governos gestados normalmente são minoritários, o que, em momentos de polarização, tende a produzir rupturas, impasses e soluções pouco ortodoxas.

Nesse contexto, com alguns ajustes – que não suprem a necessidade de elites políticas compromissadas com a Constituição nem afastam os limites da democracia enquanto mecanismo de processamento de conflitos –, é crível supor que o desempenho do sistema presidencial¹¹⁶⁹ brasileiro poderia ser incrementado, especificamente com relação à governabilidade e à estabilidade.

Com relação às alterações possíveis, observou-se que o Senado apresenta elevada disciplina partidária, votando, portanto, de acordo com as bancadas partidárias e não com as dos estados. Além disso, as feições do sistema favorecem o Executivo e suas propostas, com o que o Senado, via de regra, atua como casa revisora, algo que acaba acarretando sua baixa relevância em termos de produção e alteração de textos legais. Nesse sentido, é

¹¹⁶⁹ A opção é sugerir ajustes possíveis no sistema presidencial, e isso por uma série de motivos. Muito embora o parlamentarismo em termos temporais se mostre como alternativa mais longa que o presidencialismo, considerado o quadro partidário e as rupturas que se operaram no presidencialismo brasileiro, custa crer que seriam gerados gabinetes temporalmente estáveis. Muito embora opte por soluções híbridas como o semipresidencialismo, Sartori é claro ao afirmar que a solução parlamentarista não seria viável no país, pelos problemas do quadro partidário. Cf. SARTORI (1993). Além disso, relativamente ao parlamentarismo, é necessário destacar que a Constituição brasileira tem como cláusulas pétreas o voto direto e a separação de Poderes, premissas que não seriam satisfeitas pela eleição indireta do primeiro-ministro e pela imbricação existente entre Parlamento e Gabinete (sem separação orgânica), sem se mencionar o plebiscito de 1993, no qual a população optou pelo sistema presidencial. Caso em 1993 a solução parlamentar tivesse sido adotada não haveria problema, considerando ter decorrido de comando oriundo do próprio constituinte originário. Propor outro plebiscito nos dias atuais é justamente apresentar emenda constitucional tendente a abolir, ainda que em um aspecto específico, mas fundamental, o voto direto e, em certo sentido, a separação de Poderes. Daí por que seria inviável a adoção da solução parlamentarista no caso brasileiro. Em parte, objeções similares poderiam ser feitas com relação à solução semipresidencial, considerando que, quando o Executivo é majoritário, há poucas distinções com relação ao presidencialismo em suas feições puras; já quando é minoritário, há a questão da coabitação, aproximando-se do sistema parlamentar. Seja como for, em um caso diferindo muito pouco do que se tem com o sistema presidencial, e em outro, atribuindo ao primeiro-ministro a condução do varejo político, não se eliminariam os problemas relativos à ausência de legitimação pelo voto direto para primeiro-ministro. Assim, também não apresenta grandes vantagens a solução semipresidencial para os problemas revelados na análise empreendida. No mais, Moraes destaca a possibilidade de impasses em sistemas híbridos, permitindo a perpetuação de crises caso, a despeito de eventual dissolução parlamentar, o Parlamento eleito seja de oposição à Presidência. Cf. MORAES (2013, p. 74-76). O ponto é que, em caso de coabitação, de diarquia, o impasse subsiste, além de tornar o presidente, eleito por voto direto, mero cargo figurativo, conquanto a chefia do governo seria conduzida por um primeiro-ministro de oposição, com isso novamente sendo violada a cláusula atinente ao voto direto. Deste modo, é crível e necessária a manutenção do sistema presidencial, que com a alteração do quadro partidário e da redução do número de atores com poder de veto certamente terá melhores e menos custosas condições de implementação de uma agenda mudancista e dirigida à revisão estrutural, ainda que outros ajustes, para além do próprio quadro partidário na feição eleitoral das federações e de um Congresso unicameral, possam ser adotados, fomentando outros aspectos relevantes e possíveis.

importante questionar se há necessidade de um Congresso bicameral¹¹⁷⁰. Daí a proposição de uma reorganização do Congresso Nacional, tornando-o unicameral.

Relativamente às competências do Senado, estas poderiam ser absorvidas pela Câmara. Isto não acarretaria prejuízo, tendo em vista que a própria deliberação no Senado com relação às suas competências específicas, mesmo em comissões, opera-se em eixos partidários, tal qual ocorreria na Câmara. No entanto, seria necessário o estabelecimento de comissões paritárias, em termos de representação dos estados, com relação às temáticas orçamentárias ou eventual conflito entre os entes federativos, comportando uma ingerência de mesmo peso proporcional das regiões menos populosas, justamente para possibilitar a obtenção de quinhões aptos a permitir a superação da pobreza e das dificuldades regionais, evitando-se condenar uma região à pobreza e irrelevância proporcional em razão de sua própria pobreza e baixa densidade demográfica.

Mas isso tudo dentro de um plano amplo de desenvolvimento nacional, capaz de corrigir as distorções que decorreram da ocupação do território nacional. Com isso se preservaria, ainda que as votações permanecessem estruturadas em eixos partidários, um aspecto fundamental do desenho federativo, mas com considerável redução dos custos para o erário, retomando o ideário unicameral que inspirou o anteprojeto da Constituição de 1934.

Tal solução unicameral também se justifica pensando-se em outra sugestão. Com relação aos impasses – críveis em casos de Executivos impopulares ou que viram suas bases erodirem, como se vivenciou em nosso país em tempos recentes –, a proposta é a adoção, adaptada ao presidencialismo, da possibilidade de dissolução do Parlamento que é apresentada pelo primeiro-ministro. Nesse ponto, conforme pontuado por Mainwaring e Shugart¹¹⁷¹, caso a dissolução antecipada seja recíproca, não há violação à noção de separação dos Poderes típica do sistema presidencial, e com *status* de cláusula pétrea no caso brasileiro.

Com isso, no caso de impasses, sendo o Congresso unicameral, a solução seria a convocação de eleições antecipadas tanto para a Presidência quanto para o Congresso, a se realizarem no prazo de um mês, para que os eleitos em tal certame completassem o prazo restante do mandato, limitando-se ao máximo de oito anos o período pelo qual alguém

¹¹⁷⁰ Recorde-se que a solução unicameral havia sido aventada pela Comissão do Itamaraty relativamente ao anteprojeto da Constituição de 1934. Cf. HORTA (1989). No mais, Dahl questiona o caráter democrático do Senado por dar representação igualitária a coletivos populacionais de tamanhos distintos. Cf. DAHL (2015, p. 49-56).

¹¹⁷¹ Cf. MAINWARING; SHUGART (1997).

poderia figurar à frente da Presidência, independentemente da quantidade de eleições nesse intervalo. É evidente que tais eleições deveriam ser realizadas com brevidade para evitar a perpetuação da situação de impasse, considerando que entre a convocação das eleições antecipadas e sua realização os incumbentes permaneceriam em seus cargos.

No mais, tal solução teria condições de diminuir a dependência do repasse de recursos para a base, que, em tese, diante dos demais ajustes, possuiria incentivos sistêmicos para o comportamento programático; também geraria outro incentivo para o voto disciplinado ante o risco de dissolução do Congresso e da Presidência, observando-se justamente a alta rotatividade existente no Legislativo bem como a eventual fragilidade eleitoral de um Executivo impopular. É certo, porém, que nem toda situação de impasse estaria apta a desencadear tais eleições antecipadas, de modo que seriam necessárias balizas específicas com relação ao juízo de conveniência relativo à dissolução dos órgãos e Poderes representativos com a convocação de eleições antecipadas, estabelecendo-se limitações para se desencadeasse tal procedimento.

Em outro eixo, uma sugestão seria a manutenção do modelo proporcional de lista aberta, tanto pela heterogeneidade social quanto por suas vantagens representativas, alterando, contudo, as balizas que potencializam suas tendências à produção de multipartidarismo. Assim, seguindo as linhas da Emenda Constitucional nº 97, a ideia é a vedação às coligações nas eleições proporcionais, com a adoção de uma cláusula de barreira obstando a entrada de pequenas agremiações. Nesse contexto, considerando o quão heterogênea e desigual é a sociedade brasileira, o bipartidarismo não aparenta ser a resposta adequada¹¹⁷². Assim, o multipartidarismo e o sistema proporcional se impõem, até mesmo por permitirem a articulação de distintas vozes e demandas sociais.

¹¹⁷² Cabe aqui recordar que existem consideráveis argumentos em defesa da adoção do modelo distrital majoritário no país. Em estudo específico sobre o presidencialismo de coalizão, Victor defende a utilização de tal sistema na busca por um fortalecimento dos partidos e consequente redução da fragmentação partidária, cf. VICTOR (2015). Já Barros questiona a adequação do modelo majoritário distrital para o estágio atual da democracia brasileira, trazendo a possibilidade de se reavivar uma nova forma de coronelismo. cf. BARROS (2018d). Este ponto merece consideração, principalmente no contexto da dependência de repasses de recursos de diversos municípios, pois geraria uma difícil situação para prefeitos de dada municipalidade em um distrito no qual o deputado fosse de outro partido, impondo uma míngua de recursos para o município, quase que em uma nova versão do curral eleitoral. Já no proporcional tal circunscrição pode ser afastada, bastando que, mesmo havendo a identificação de um parlamentar com determinada região, o prefeito de coloração partidária distinta da de tal parlamentar busque suporte em um parlamentar de seu próprio partido, gerando-se, a partir do direcionamento de recursos, incentivos para que o parlamentar “novo” naquele reduto busque maximizar seus retornos eleitorais em tal circunscrição, retirando a hegemonia do parlamentar “velho”. O modelo distrital misto contempla uma dupla faceta, em parte proporcional de lista fechada e em parte distrital; no entanto, acaba gerando os mesmos problemas hipotéticos do modelo distrital puro por produzir os redutos de dominância sem a possibilidade de competição por apoio das bases por outros parlamentares. Outro problema do modelo majoritário distrital é o desenho dos distritos, de modo a favorecer este ou aquele partido ou prejudicar minorias específicas por

Além disso, como originalmente se havia aventado em tal emenda, a ideia é a criação da figura da federação de partidos, dando caráter programático às coligações eleitorais, de sorte que a coligação passaria a ser a coalizão, sem o caráter ambíguo e incoerente de coalizões com a oposição nos estados e com o governo em nível federal. No entanto, tais federações deveriam ter a validade de quatro anos, de eleição a eleição, verticalizadas e impositivas, inclusive para os pleitos municipais, impondo alianças coerentes e programáticas. Com isso, deixariam de existir as alianças eleitoreiras e, com algum tempo, o quadro de mais de três dezenas de partidos criados e mais de 70 em processo de criação cederia lugar a alguns poucos partidos e federações, com feições programáticas claras, facilitando, inclusive, a escolha de plataformas em disputa por parte do eleitorado.

A se considerar que no pós-1988 o eixo operativo na esfera legislativa, encontra-se centralizado, reduzindo os retornos e incentivos para comportamentos indisciplinados, ao menos nas votações nominais, a questão da disciplina partidária é resolvida em parte. No entanto, considerando a infidelidade partidária, seria conveniente o estabelecimento e reforço a regras rígidas para casos de infidelidade, com sanções e perda do mandato, fazendo com que a filiação a um partido se desse em termos programáticos, tal qual o funcionamento parlamentar de tal partido. Ainda que votos dissidentes pudessem ser excepcionados em casos específicos, pontuais e gravíssimos, em caso de desvio das diretivas programáticas do partido por suas lideranças. Mas isso tudo em termos menos maleáveis do que os que foram incluídos pela Lei nº 13.165/15, que mais representa uma regulamentação da infidelidade do que uma proibição.

meio de desenhos de distritos eleitorais, prática conhecida como *gerrymandering*. Cf. DAHL (2015, p. 153-155). Não bastasse isso, o majoritário, muito embora favoreça a *accountability* vertical, acaba por fomentar personalismos e individualismos em detrimento de comportamentos partidários programáticos, o que se distancia da ideia de programas partidários claros com o fortalecimento das agremiações. Relativamente ao distrital misto, além da questão já apontada da possibilidade de se gerarem problemas similares ao distrital puro, os resultados obtidos com sua adoção foram díspares, cf. AMES (2001), razão pela qual a possibilidade de sua adoção também demanda certo grau de reserva. O ponto substantivo aqui é que cada sistema tem suas virtudes e falhas. Não existe sistema eleitoral perfeito, mas, para a atual quadra e por suas virtudes representativas, é preferível optar-se pelo sistema proporcional. No caso brasileiro, a fragmentação não pode ser imputada exclusivamente ao sistema proporcional, tendo em vista a potencialização de seus efeitos por conta das balizas atinentes às coligações proporcionais. Com a vedação de tais coligações e a imposição de uma cláusula de barreira, como já ocorrido, a tendência é a diminuição do número de agremiações, como se verificou pelo próprio desempenho de diversos partidos em 2018. Com isso, seria possível em algum tempo a estabilização do quadro partidário, permitindo o fortalecimento das agremiações e maior clareza programática para o eleitorado relativamente a tais partidos. Além disso, consideradas as virtudes representativas do modelo proporcional e a própria heterogeneidade social brasileira, a solução adequada não parece outra que não seja o sistema proporcional, ainda que com alguns ajustes. Para uma defesa do sistema proporcional por suas virtudes democráticas e representativas, cf. DAHL (2015, p. 59). Cf. também KELSEN (2001, p. 67-78).

Ademais, e nessa toada, a proposta também é extinguir o cargo de vice-presidente, algo já vivenciado no país nas Constituições de 1934, de 1937 e na breve experiência parlamentar de 1961 a 1963. Trata-se de medida sugerida inclusive no passado por Campos Sales¹¹⁷³, segundo presidente civil na experiência republicana brasileira. Isso porque na experiência institucional brasileira há um histórico conturbado de vice-presidentes que se aliam à oposição, tornando-se figuras mais de instabilidade do que de estabilidade. No mais, sequer existem competências constitucionalmente definidas para a Vice-Presidência. Assim, pelos riscos superarem os ganhos, recomenda-se sua extinção.

As vantagens da sucessão imediata do incumbente pelo vice não incentivam sua manutenção, considerando que, dentro de tais ajustes propostos, assumiria o poder, por ordem sucessiva, o presidente do Congresso, que seria unicameral, e sucessivamente o presidente do STF. Em casos de vacância, e também para reduzir incentivos para remoção do presidente por motivos pouco ortodoxos, seriam também convocadas, no prazo de um mês, eleições para o preenchimento de tal vaga pelo período faltante do mandato, no qual não poderia concorrer aquele que por sucessão assumisse a Presidência entre a vacância e o certame. Com tais ajustes se deixaria, em tese, de gerar incentivos para os atores gestarem instabilidades na busca de atender a ambições pessoais.

É certo que muitos outros problemas existem e dificilmente apenas com alguma reforma política seria possível purgar todos os males. No entanto, mesmo considerando que nem só as instituições importam, havendo diversos outros fatores a serem considerados, alguns problemas podem ser enfrentados por meio de algumas reformas pontuais. Assim, de forma singela e buscando contribuir para o debate, os ajustes sugeridos o foram com o propósito de indicar caminhos possíveis dentro das balizas que permearam a análise e dos problemas vislumbrados que podem ser enfrentados por ajustes institucionais.

No entanto, como já destacado e reiterado, nenhum ajuste supre a necessidade de elites políticas comprometidas com a Constituição, seus programas, compromissos e limites. Além disso, em qualquer cenário são fundamentais estruturas de moderação visando a evitar retrocessos sociais em políticas anteriormente implementadas. Não faltam exemplos de casos nos quais interesses econômicos e grupos específicos de pressão logram êxito em momentos de crise com agendas de retrocesso, diminuindo a já baixa proteção social dada em termos concretos pelo Estado brasileiro. Diante disso, o compromisso

¹¹⁷³ Cabe recordar que Campos Sales o fez por ter ele próprio convivido com um vice de oposição. Cf. SALES (1983, p. 165-172).

constitucional deve ser amplo e contemplar os mais diversos atores e principalmente a feição contramajoritária do Judiciário, como última salvaguarda do pacto constitucional em face de eventuais maiorias raivosas. É preferível um Judiciário comprometido com a Constituição e que evita retrocessos sociais, a despeito de eventuais maiorias, e por isso mesmo impopular a um populista.

É bem possível que tais ajustes, caso fossem implementados, eventualmente produzissem resultados profundamente diversos dos que ora foram delineados, por conta da adaptabilidade a eventuais ajustes por parte dos atores que operam internamente nas instituições. No entanto, considerando que a pergunta sobre a melhor forma de governo é uma pergunta perene, como destacado, o grande desafio reside no debate sobre ajustes possíveis, factíveis e capazes de controlar o poder e seu exercício, mas gerando instituições adequadas para alterar as estruturas sociais na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A separação de Poderes, por sua natural dinâmica operativa, produz impasses, e isso é até natural, considerando os diversos grupos sociais representados, a heterogeneidade social. O fundamental em qualquer cenário, seja qual for o sistema de governo, o sistema eleitoral, o quadro partidário, é o respeito à Constituição, seu sentido, seus programas e propósitos.

REFERÊNCIAS

a) Textos acadêmicos

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. A recuperação democrática: dilemas políticos e institucionais. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 443-462, 1985.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. Why did the West extend the franchise? Democracy, inequality, and growth in historical perspective. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford, v. 115, n. 4, p. 1.167-1.199, 2000.

ACHEN, Christopher H.; BARTELS, Larry M. *Democracy for realists: why elections do not produce responsive government*. New Jersey: Princeton University Press, 2016.

AHMED, Amel. Reading the history forward: the origins of electoral systems in european democracies. *Comparative Political Studies*, [s. l.], v. 43, p. 1.059-1.088, 2010.

AIDT, Toke Skovsgaard; JENSEN, Peter S. Workers of the world, unite! Franchise extensions and the threat of revolution in Europe, 1820-1938. *CESifo Working Paper Series*, Munich, n. 3.417, apr. 2011. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1824179>. Acesso em: 17 mar. 2018.

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. Controle de constitucionalidade. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 920, p. 133-149, jun. 2012.

AMES, Barry. *The deadlock of democracy in Brazil*. Ann Arbor, MI: The University of Michigan Press, 2001.

AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 479-519, 2000. Disponível em: <http://ref.scielo.org/mc5p6n>. Acesso em: 10 jul. 2017.

AMORIM NETO, Octavio; LOBO, Marina Costa. Portugal's semi-presidentialism (re)considered: an assessment of the president's role in the policy process, 1976-2006. *European Journal of Political Research*, [s. l.], v. 48, p. 234-255, 2009.

AMORIM NETO, Octávio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e aprovam os deputados brasileiros. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003.

ARISTOTLE. *Politics*. Trad. C. D. C Reeve. Indianapolis, IN; Cambridge, MA: Hackett, 1998.

AZEVEDO, Pedro Casquel de. Entre Antígona e Creonte: alguns problemas do decisionismo. *Justificando*, São Paulo, 7 ago. 2018. Disponível em:

<http://www.justificando.com/2018/08/07/entre-antigona-e-creonte-alguns-problemas-do-decisionismo/>. Acesso em: 18 set. 2019.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 149-157, 2011.

BALL, Terence. Aonde vai a teoria política? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, p. 9-22, 2004.

BARROS, Sérgio Resende de. *Como reformar constitucionalmente*. Disponível em: <http://www.srbarros.com.br/pt/como-reformar-constitucionalmente.cont>. Acesso em: 15 mar. 2018a.

BARROS, Sérgio Resende de. *Direitos humanos: o paradoxo da civilização*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

BARROS, Sérgio Resende de. *Estudo sobre o “impeachment”*. Disponível em: <http://www.srbarros.com.br/pt/estudo-sobre-o-impeachment.cont>. Acesso em: 23 mar. 2018b.

BARROS, Sérgio Resende de. Medidas, provisórias? *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 53, p. 67-82, jun. 2000.

BARROS, Sérgio Resende de. *Noções sobre impeachment*. Disponível em: <http://www.srbarros.com.br/pt/noco-es-sobre--i-impeachment--i-.cont>. Acesso em: 15 dez. 2017a.

BARROS, Sérgio Resende de. *O Senado e o controle de constitucionalidade*. Disponível em: <http://www.srbarros.com.br/pt/o-senado-e-o-controle-de-constitucionalidade.cont>. Acesso em: 26 mar. 2018c.

BARROS, Sérgio Resende de. *Simplificação do controle de constitucionalidade*. Disponível em: <http://www.srbarros.com.br/pt/simplificacao-do-controle-de-constitucionalidade.cont>. Acesso em: 15 out. 2017b.

BARROS, Sérgio Resende de. *O veto: uma proposta para a nova República*. 1987. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

BARROS, Sérgio Resende de. *O voto distrital*. Disponível em: <http://www.srbarros.com.br/pt/o-voto-distrital.cont>. Acesso em: 25 mar. 2018d.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARROSO, Luís Roberto. A reforma política: uma proposta de sistema de governo, eleitoral e partidário para o Brasil. *Revista de Direito do Estado: RDE*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 287-360, jul./set. 2006.

BEÇAK, Rubens. *A hipertrofia do Executivo brasileiro: o impacto da Constituição de*

1988. 2005. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BEÇAK, Rubens. *Sucessão presidencial de 1955: aspectos políticos e jurídicos*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

BOIX, Carles. Setting the rules of the game: the choice of electoral systems in advanced democracies. *American Political Science Review*, Cambridge, UK, v. 93, n. 3, p. 609-624, 1999.

BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de presidente: discursos de posse de Deodoro a Lula*. Brasília, DF: LGE, 2004. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/91988>. Acesso em: 8 jul. 2017.

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *Democracia representativa: do voto e do modo de votar*. 3. ed. Paris: Guillard Aillaud, 1895.

CABRAL, João C. da Rocha. *Código eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil: 1932*. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral/Secretaria de Documentação e Informação, 2004.

CAGGIANO, Mônica Herman Salem. *Direito parlamentar e direito eleitoral*. Barueri: Manole, 2004.

CAGGIANO, Mônica Herman Salem. Distúrbios da democracia. Representação política e suas patologias: a reforma eleitoral do Brasil atende a essas disfunções? In: CARVALHO NETO, Tarcísio Vieira de; FERREIRA, Telson Luís Cavalcante. (org.). *Direito eleitoral: aspectos materiais e processuais*. São Paulo: Migalhas, 2016. p. 79-92.

CALVO, Ernesto. The competitive road to proportional representation: partisan biases and electoral regime change under increasing party competition. *World Politics*, Cambridge, UK, v. 61, n. 2, p. 254-295, 2009.

CALVO, Ernesto; LIMONGI, Fernando; GUARNIERI, Fernando. Why coalitions? Party system fragmentation, small party bias, and preferential vote in Brazil. *Electoral Studies*, [s. l.], v. 39, p. 219-229, 2015.

CAPPELLETTI, Mauro. Repudiating Montesquieu? The expansion and legitimacy of constitutional justice. *Catholic University Law Review*, Washington, DC, v. 35, n. 1, 1986. Disponível em: <http://scholarship.law.edu/lawreview/vol35/iss1/3>. Acesso em: 14 out. 2017.

CHAISTY, Paul; CHEESEMAN, Nic; POWER, Timothy. *The coalitional presidentialism project*. Research report: how MPs understand coalitional politics in presidential systems. Oxford: Oxford University/Department of Politics and International Relations, jan. 2015. Disponível em: http://www.politics.ox.ac.uk/materials/policy_briefings/CCP_Research_Report_v5.pdf. Acesso em: 24 mar. 2018.

CHEIBUB, José Antonio; ELKINS, Zachary; GINSBURG, Tom. Latin American Presidentialism in comparative and historical perspectives. *Texas Law Review*, Austin, TX, v. 89, n. 7, p. 1.707-1.739, 2011.

CHEIBUB, José Antônio; FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na Câmara dos Deputados, 1988-2006. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 263-299, 2009.

CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. From conflict to coordination: perspectives on the study of executive-legislative relations. *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 38-53, 2010.

CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian M. Government coalitions and legislative success under Presidentialism and Parliamentarism. *British Journal of Political Science*, [s. l.], v. 34, n. 4, p. 565-587, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. O indispensável direito econômico. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 353, p. 14-33, mar. 1965.

DAHL, Robert Alan. *A constituição norte-americana é democrática?* Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

DUVERGER, Maurice. A new political system model: semi-presidential government. *European Journal of Political Research*, [s. l.], n. 8, p. 165-187, 1980.

DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. Trad. Julieta Campos e Enrique González Pedrero. México, DF: FCE, 1957.

EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*. Coordenação e tradução Marcus Orione. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELGIE, Robert. From Linz to Tsebelis: three waves of presidential/parliamentary studies? *Democratization*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 106-122, 2005.

ELGIE, Robert. From the exception to the rule: the use of article 49-3 of the Constitution since 1958. *Modern & Contemporary France*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 17-26, 1993.

ELGIE, Robert. The perils of semi-presidentialism. Are they exaggerated? *Democratization*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 49-66, 2008.

ELGIE, Robert. Semi-presidentialism, cohabitation and the collapse of electoral democracies, 1990-2008. *Government and Opposition*, New York, NY, v. 45, n. 1, p. 29-49, jan. 2010.

ELGIE, Robert. Three waves of semi-presidential studies. *Democratization*, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 49-70, 2015.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do Direito: decisão, técnica e dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Do processo legislativo*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Presidential power, legislative organization and party behavior in Brazil. *Comparative Politics*, New York, NY, v. 32, n. 2, p. 151-170, 2000.

FREITAS, Andréa Marcondes de. *O presidencialismo da coalizão*. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FUKUYAMA, Francis. The end of history? *The National Interest*, Washington, DC, n. 16, p. 3-18, 1989.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel. *Cem anos de solidão*. Trad. Eric Nepomuceno. 105. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GINGERICH, Daniel. *Ballot reform as suffrage restriction: evidence from Brazil's Second Republic*. Charlottesville, VA, jan. 2017. Disponível em: <http://danielgingerich.weebly.com/uploads/3/1/4/6/31460749/ballotreformident.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. O presidencialismo brasileiro: síntese histórica e conceitual. *Revista Brasileira de Direito Público*, Belo Horizonte, v. 11, n. 40, p. 9-46, jan./mar. 2013.

GOMES, Ana Suelen Tossige; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. O estado de exceção no Brasil republicano. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1.760-1.787, 2017.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 53-116, 1978.

GRAU, Eros. *Por que tenho medo dos juízes: a interpretação/aplicação do direito e os princípios*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. The potential of historical institutionalism: a response to Hay and Wincott. *Political Studies*, [s. l.], v. 46, n. 5, p. 958-962, 1998.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neoinstitucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

HAMILTON, Alexander. The federalist papers: nº 66: Objections to the power of the Senate to set as a court for impeachments further considered. From the New York Packet. Tuesday, March 11, 1788. In: THE AVALON PROJECT (org.). The federalist papers (1787-1788). New Haven, CT: Lillian Goldman Law Library/Yale Law School. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/18th_century/fed66.asp. Acesso em: 20 jan. 2018a.

HAMILTON, Alexander. The federalist papers: nº 68: The mode of electing the president. From the New York Packet. Friday, March 14, 1788. In: THE AVALON PROJECT (org.). The federalist papers (1787-1788). New Haven, CT: Lillian Goldman Law Library/Yale Law School. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/18th_century/fed68.asp. Acesso em: 20 jan. 2018b.

HAMILTON, Alexander. The federalist papers: nº 69: The real character of the Executive. From the New York Packet. Friday, March 14, 1788. In: THE AVALON PROJECT (org.). *The federalist papers (1787-1788)*. New Haven, CT: Lillian Goldman Law Library/Yale Law School. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/fed69.asp. Acesso em: 20 jan. 2018c.

HAMILTON, Alexander. The federalist papers: nº 70: The Executive Department further considered. From the New York Packet. Tuesday, march 18, 1788. In: THE AVALON PROJECT (org.). *The federalist papers (1787-1788)*. New Haven, CT: Lillian Goldman Law Library/Yale Law School. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/18th_century/fed70.asp. Acesso em: 20 jan. 2018d.

HAMILTON, Alexander. The federalist papers: nº 78: The Judiciary Department. From McLean's Edition, New York. In: THE AVALON PROJECT (org.). *The federalist papers (1787-1788)*. New Haven, CT: Lillian Goldman Law Library/Yale Law School. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/fed78.asp. Acesso em: 20 jan. 2018e.

HAMILTON, Alexander or MADISON, James. The federalist nº 51: The structure of the government must furnish the proper checks and balances between the different departments. From the New York Packet. Friday, February 8, 1788. In: THE AVALON PROJECT (org.). *The federalist papers (1787-1788)*. New Haven, CT: Lillian Goldman Law Library/Yale Law School. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/fed51.asp. Acesso em: 15 out. 2017.

HAY, Collin; WINCOTT, Daniel. Structure, agency and historical institutionalism. *Political Studies*, [s. l.], v. 46, n. 5, p. 951-957, 1998.

HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. In: HESSE, Konrad. *Temas fundamentais de direito constitucional*. Textos selecionados e traduzidos por Carlos dos Santos de Almeida, Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 123-146.

HOFSTADTER, Richard. *The idea of a party system: the rise of legitimate opposition in the United States*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1969.

HORTA, Raul Machado. O processo legislativo nas Constituições Federais brasileiras. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, n. 101, p. 5-28, jan./mar. 1989.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JEFFERSON, Thomas. *The works of Thomas Jefferson*. v. 11: *Correspondence and papers 1808-1816*. Collected and edited by Paul Leicester Ford. New York: London: G. P. Putnam's Sons, 1904. Disponível em: <http://oll.libertyfund.org/titles/807>. Acesso em: 2 abr. 2018.

KATZELSON, Ira; MILNER, Helen V. American political science: the disciplines state and the state of the discipline. In: KATZELSON, Ira; MILNER, Helen V. (ed.). *Political science: state of the discipline*. London: Norton and Company; American Political Science Association, 2002. p. 1-26.

KAUFMAN-OSBORN, Timothy V. Political theory as a profession and as subfield? *Political Research Quarterly*, Salt Lake City, UT, v. 63, n. 3, p. 655-673, set. 2010.

KELSEN, Hans. *A democracia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KELSEN, Hans. *Teoria geral do Direito e do Estado*. Trad. Luís Carlos Borges. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KENNEDY, Ellen. Carl Schmitt's parliamentarismus in its historical context. In: SCHMITT, Carl. *The crisis of parliamentary democracy*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1998. p. xiii-xiv.

LANNI, Adrian. *Law and justice in the courts of classical Athens*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LEAL, Roger Stiefelmann. A convergência dos sistemas de controle de constitucionalidade: aspectos processuais e institucionais. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v. 57, p. 62-81, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

LEÃO XIII. *Rerum novarum*: sobre a condição dos operários. Vaticano, 15 maio 1891. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 20 mar. 2018.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 76, p. 17-41, 2006a.

LIMONGI, Fernando. Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 37-69, 2012.

LIMONGI, Fernando. Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil pós-Estado Novo. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 371-400, 2015.

LIMONGI, Fernando. Presidencialismo e governo de coalizão. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006b. p. 237-257.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael de Paula Santos. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 88, p. 21-37, 2010.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, São Paulo, n. 44, p. 81-106, 1998.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 79-97, 2017.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 737-776, 2005.

LINZ, Juan José. The perils of presidentialism. *Journal of Democracy*, Baltimore, MD, v. 1, n. 1, p. 51-69, 1990.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na História*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MADISON, James. The federalist papers: nº 10: The same subject continued. The Union as a safeguard against domestic faction and insurrection. From the New York Packet. Friday, November 23, 1787. In: THE AVALON PROJECT (org.). *The federalist papers (1787-1788)*. New Haven, CT: Lillian Goldman Law Library/Yale Law School. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/18th_century/fed10.asp. Acesso em: 20 jan. 2018a.

MADISON, James. The federalist papers: nº 47: The particular structure of the new government and the distribution of power among its different parts. From the New York Packet. Friday, February 1, 1788. In: THE AVALON PROJECT (org.). *The federalist papers (1787-1788)*. New Haven, CT: Lillian Goldman Law Library/Yale Law School. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/fed47.asp. Acesso em: 20 jan. 2018b.

MADISON, James. The federalist papers: nº 48: These departments should not be so far separated as to have no constitutional control over each other. From the New York Packet. Friday, February 1, 1788. In: THE AVALON PROJECT (org.). *The federalist papers (1787-1788)*. New Haven, CT: Lillian Goldman Law Library/Yale Law School. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/18th_century/fed48.asp. Acesso em: 20 jan. 2018c.

MADISON, James. *For the National Gazette, 22 september 1792: A candid state of parties*. [s. l.]: Founders Online/National Archives. Disponível em: <https://founders.archives.gov/documents/Madison/01-14-02-0334>. Acesso em: 16 out. 2017.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, p. 21-74, abr. 1993a. Disponível em: <http://ref.scielo.org/w56fmk>. Acesso em: 9 jul. 2017.

MAINWARING, Scott. Presidentialism, multiparty systems, and democracy: the difficult equation. *Comparative Political Studies*, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 198-230, 1993b.

MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew. Juan Linz, presidentialism, and democracy: a critical appraisal. *Comparative Politics*, New York, NY, v. 29, n. 4, p. 449-471, 1997.

MANIN, Bernard. *Principles of representative government*. New York, NY: Cambridge University Press, 1997.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. The new institutionalism: organizational factors in political life. *American Political Science Review*, Cambridge, UK, v. 78, n. 3, p. 734-749, 1984.

MAUERBERG JÚNIOR, Arnaldo; PEREIRA, Carlos; BIDERMAN, Ciro. The evolution of theories about the Brazilian multiparty presidential system. *Journal of Politics in Latin America*, Hamburg, v. 7, n. 1, p. 143-161, 2015.

MCCARTHY, Thomas. Series editor's foreword. In: SCHMITT, Carl. *The crisis of parliamentary democracy*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1998 p. viii.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F.; CASTRO. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 971-986, 2015.

MELO, Marcus André. Institutional design, normative political theory and accountability. *Revista Direito GV*, São Paulo, n. Especial, p. 195-207, nov. 2005.

MORAES, Alexandre de. *Presidencialismo*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORAES, João Quartim de. O poder constituinte e a força. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 out. 2019.

MORGAN, Edmund. *Inventing the people: the rise of popular sovereignty in England and America*. New York: W. W. Norton & Company, 1989.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: uma réplica metodológica. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, 2003. Disponível em: <http://ref.scielo.org/9jk8fz>. Acesso em: 28 mar. 2018.

O'GORMAN, Frank. Campaign rituals and ceremonies: the social meaning of elections in England 1780-1860. *Past & Present*, Oxford, n. 135, p. 79-115, 1992.

PACHUKANIS, Evgeni. *A teoria geral do Direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929)*. Tradução: Lucas Simone. Revisão técnica: Marcus Orione (coord.). São Paulo: Sundermann, 2017.

PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 17 out. 2018.

PEREIRA, Carlos; BERTHOLINI, Frederico. Pagando o preço para governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, 2017.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 265-301, 2002.

PEREIRA, Celina. *Medindo a governabilidade no Brasil: o presidencialismo de coalizão nos governos FHC, Lula e Dilma*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

PERELMAN, Chaïm. *Lógica jurídica: a nova retórica*. Trad. Vergínia Pupi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, n. 98, p. 1-15, 2018.

PLATÃO. *A República: ou sobre a justiça, diálogo político*. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

POWER, Timothy J. Optimism, pessimism, and coalitional presidentialism: debating the institutional design of the Brazilian democracy. *Bulletin of Latin American Research*, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 18-33, 2010.

PRZEWORSKI, Adam. Conquered or granted? A history of suffrage extensions. *British Journal of Political Science*, [s. l.], v. 39, p. 291-321, 2009.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and the limits of self government*. New York, NY: Cambridge University Press, 2010.

PRZEWORSKI, Adam; RIVERO, Gonzalo; XI, Tianyang. Elections as a method of processing conflicts. *European Journal of Political Economy*, [s. l.], v. 39, p. 235-248, 2015.

PRZEWORSKI, Adam *et al.* O que mantém as democracias? *Lua Nova*, São Paulo, n. 40-41, p. 113-135, 1997.

RANCIÈRE, Jacques. Democracy, republic, representation. *Constellations*, Oxford, v. 13, n. 3, p. 297-307, 2006.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. The politics of electoral reforms: the origins of proportional representation in Brazil and the Electoral Code of 1932. In: RENNO, Lucio; GORDIN, Jorge (ed.). *Institutional innovation and the steering of conflicts in Latin America*. Colchester: ECPR, 2016. Disponível em: http://dcp.fflch.usp.br/dcp/images/DCP-Docentes/ricci/DCP/docentes/paolo_ricci/Ricci-Zulini_Electoral_Code_1932.pdf. Acesso em: 3 fev. 2018.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da Justiça Eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 91-105, 2013.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção; ZAULI, Eduardo Meira. Presidentes e Congresso Nacional no processo decisório da política de Saúde no Brasil democrático (1985-1998). *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 387-429, 2002.

RUGITSKY, Fernando. Milagre, miragem, antimilagre: a economia política dos governos Lula e as raízes da crise atual. *Revista Fevereiro*, [s. l.], v. 9, n. 25, 2016.

RUSTOW, Dankwart A. Transition to democracy: toward a dynamic model. *Comparative Politics*, New York, NY, v. 2, n. 3, p. 337-363, 1970.

SALES, Manuel de Ferraz de Campos. *Da propaganda à Presidência*. Brasília, DF: EdUnB, 1983.

SANTOS, Fabiano. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 237-264, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O sistema oligárquico representativo da Primeira República. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 9-37, 2013.

SARTORI, Giovanni. Nem presidencialismo, nem parlamentarismo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 35, p. 3-14, 1993.

SCANTIMBURGO, João de. *A crise da república presidencial: do marechal Deodoro ao marechal Castelo Branco*. São Paulo: Pioneira, 1969.

SCHMITT, Carl. *The crisis of parliamentary democracy*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1998.

SHUGART, Matthew S.; CAREY, John M. *Presidents and assemblies: constitutional design and electoral dynamics*. New York: Cambridge University Press, 1992.

SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 75-106, 2015.

SOUZA, Pedro H. G. F.; MEDEIROS, Marcelo. Top income shares and inequality in Brazil, 1928-2012. *Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 119-132, 2015. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/6d02/b9525f3d2b88488147652a7b97fe17f96b8c.pdf>.

Acesso em: 8 dez. 2019.

TSEBELIS, George. Decision making in political systems: veto players in presidentialism, parliamentarism, multicameralism and multipartyism. *British Journal of Political Science*, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 289- 325, 1995.

VICTOR, Sérgio Antônio Ferreira. *Presidencialismo de coalizão: exame do atual sistema de governo brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2015.

VINCENT, Andrew. We have a firm foundation. In: VINCENT, Andrew. *The nature of political theory*. New York: Oxford University Press, 2004. p. 19-74.

WEBER, Max. Politics as a vocation. In: WEBER, Max. *The vocation lectures: Science as a vocation – Politics as a vocation*. Cambridge: Heckett, 2004a. p. 32-94.

WEBER, Max. Science as a vocation. In: WEBER, Max. *The vocation lectures: Science as a vocation – Politics as a vocation*. Cambridge: Heckett, 2004b. p. 1-31.

YATES, Robert. Notes of the secret debates of the Federal Convention of 1787, taken by the Late Hon Robert Yates, chief Justice of the State of New York, and one of the delegates from that State to the said convention. In: THE AVALON PROJECT (org.). *18th century documents: 1700-1799*. New Haven, CT: Lillian Goldman Law Library/Yale Law School. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/yates.asp. Acesso em: 17 out. 2017.

ZAULI, Eduardo Meira; RODRIGUES, Marta M. Assumpção. De José Sarney a Fernando Henrique Cardoso: relação Executivo-Legislativo e política de Saúde no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, Brasília, DF, n. 25, p. 183-211, jun./dez. 2002.

ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República: o papel do parlamento no regime de 1889-1930*. 2016. 323 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

b) Documentos jurídicos

BRASIL. *Ato institucional nº 1, de 9 de abril de 1964*. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Rio de Janeiro, GB, 9 abr. 1964a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília, DF, 1965a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Ato institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966*. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Brasília, DF, 1966a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Ato institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966*. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Brasília, DF, 1966b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF, 13 dez. 1968a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Regimento interno: Resolução nº 17, de 1989. Atualizado até a Resolução nº 12, de 2019*. Brasília, DF, 2019a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2012-2019.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. *Boletim de emendas parlamentares: execução orçamentária e financeira*. Brasília, DF, ano 3, n. 1, 2017a. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/33259>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Proposta de emenda à Constituição nº 353 de 2013*. Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=600980&ord=1>. Acesso em: 29 mai. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Centro de Documentação e Informação. *Resolução nº 1 de 2002-CN*. Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescon/2002/resolucao-1-8-maio-2002-497942-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Centro de Documentação e Informação. *Resolução nº 1 de 2006-CN*. Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo. Brasília, DF, 2006a. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/Legisla_CMO/Resolucao01_2006cn_-_Alt_pela_Resol_3_2015_CN.pdf. Acesso em: 25 maio 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Regimento comum*: Resolução nº 1, de 1970-CN. Texto consolidado até janeiro de 2019. Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/59501/97171143/RCCN.pdf/>. Acesso em: 6 nov. 2019.

BRASIL. [Constituição (1824)]. *Constituição política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*. Rio de Janeiro, 22 abr. 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.

BRASIL. [Constituição (1891)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. Rio de Janeiro, DF, 24 fev. 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.

BRASIL. [Constituição (1934)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)*. Rio de Janeiro, DF, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.

BRASIL. [Constituição (1937)]. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro, DF, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.

BRASIL. [Constituição (1946)]. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Rio de Janeiro, DF, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.

BRASIL. [Constituição (1967)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Brasília, DF, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889*. Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais. Rio de Janeiro, 1889. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0001.htm. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. *Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942*. Lei de introdução às normas do Direito brasileiro. Rio de Janeiro, DF, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945*. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Rio de Janeiro, DF, 1945a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7586.htm. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional de revisão nº 5, de 7 de junho de 1994*. Altera o art. 82 da Constituição Federal. Brasília, DF, 1994a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/ECR/ecr5.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969*. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 28 maio 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961*. Institui o sistema parlamentar de governo. Brasília, DF, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc04-61.htm. Acesso em: 28 maio 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 6, de 23 de janeiro de 1963*. Revoga a Emenda Constitucional nº 4 e restabelece o sistema presidencial de governo instituído pela Constituição Federal de 1946. Brasília, DF, 1963. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc06-63.htm#art1. Acesso em: 28 maio 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977*. Incorpora ao texto da Constituição Federal disposições relativas ao Poder Judiciário. Brasília, DF, 1977a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc07-77.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977*. Altera artigos da Constituição Federal, incluindo-se em seu Título V os artigos 208, 209 e 210. Brasília, DF, 1977b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc08-77.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964*. Altera os artigos 38, 39, 41, 45, 81, 82, 83, 95, 132, 138 e 203 e dá outras providências. Brasília, DF, 1964b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc09-64.htm. Acesso em: 28 maio 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978*. Altera dispositivos da Constituição Federal. Brasília, DF, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc11-78.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997*. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. Brasília, DF, 1997a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982*. Altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal. Brasília, DF, 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc22-82.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985*. Altera dispositivos da Constituição Federal e estabelece outras normas constitucionais de caráter transitório. Brasília, DF, 1985a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc25-85.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985*. Convoca Assembleia Nacional Constituinte e dá outras providências. Brasília, DF, 1985b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc26-85.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001*. Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2001a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc32.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 52, de 8 de março de 2006*. Dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal para disciplinar as coligações eleitorais. Brasília, DF, 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc52.htm. Acesso em 30 mar. 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 86, de 17 de março de 2015*. Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc86.htm. Acesso em: 28 maio 2018.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017*. Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc97.htm. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. *Lei complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Brasília, DF, 1998a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm. Acesso em: 17 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 9 de 28 de fevereiro de 1945*. Altera a Constituição Federal de 1937. Rio de Janeiro, DF, 1945b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCT/LCT009.htm#art1. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950*. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo julgamento. Rio de Janeiro, DF, 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11079.htm. Acesso em: 8 ago. 2019

BRASIL. *Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965*. Institui o Código Eleitoral. Brasília, DF, 1965b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995*. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14 § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Brasília, DF, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9096.htm. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF, 1997b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 29 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 12.875, de 30 de outubro de 2013*. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos que especifica. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12875.htm#art1. Acesso em: 29 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015*. Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos partidos políticos e incentivar a participação feminina. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm#art4. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017*. Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão. Brasília, DF, 2017c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13487.htm. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017*. Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de

setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. Brasília, DF, 2017d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13488.htm. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017*. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017. Brasília, DF, 2017e. Revogado pela Lei nº 13.844, de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13502.htm. Acesso em: 22 mar. 2018.

BRASIL. Senado Federal. Resolução nº 93, de 1970. Dá nova redação ao Regimento Interno do Senado Federal. *Diário do Senado Federal*, Brasília, DF, 22 dez. 2018a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/45868/RISFCompilado.pdf/cd5769c8-46c5-4c8a-9af7-99be436b89c4>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 825/AP. Relator: ministro Alexandre de Moraes. Requerente: governador do Estado do Amapá. Requerido: Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 27 jun. 2019c.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 1351/DF. Relator: ministro Marco Aurélio. Requerente: Partido Comunista do Brasil. Requerente: Partido Democrático Trabalhista. Requerido: presidente da República. Requerido: Congresso Nacional. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 30 mar. 2007a.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 2736/DF. Relator: ministro Cezar Peluso. Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Requerido: presidente da República. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 28 mar. 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 3685/DF. Relatora: ministra Ellen Gracie. Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Requerido: Congresso Nacional. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 10 ago. 2006c.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 4029/AM. Relator: ministro Luiz Fux. Requerente: Associação Nacional dos Servidores do Ibama. Requerido: presidente da República. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 26 jun. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 4357/DF. Relator: ministro Carlos Ayres Britto. Relator para acórdão: ministro Luiz Fux. Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Requerido: Mesa da Câmara dos Deputados. Requerido: Mesa do Senado Federal. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 26 set. 2014a.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 4650/DF. Relator: ministro Luiz Fux. Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Requerido:

presidente da República. Requerido: Congresso Nacional. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 23 fev. 2016a.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 5105/DF. Relator: ministro Luiz Fux. Requerente: Solidariedade. Requerido: presidente da República. Requerido: Congresso Nacional. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 15 mar. 2016b.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADI 5127/DF. Relatora: ministra Rosa Weber. Relator para acórdão: ministro Edson Fachin. Requerente: Confederação Nacional das Profissões Liberais. Requerido: presidente da República. Requerido: Congresso Nacional. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 10 maio 2016c.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. ADPF nº 153. Relator: ministro Eros Grau. Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Requerido: presidente da República. Requerido: Congresso Nacional. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 5 ago. 2010a.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. AgR na MC no MS 31816/DF. Relator: ministro Luiz Fux. Relator para acórdão: ministro Teori Zavascki. Agravante: Mesa do Congresso Nacional. Agravado: Alessandro Molon. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 13 maio 2013c.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Mandado de segurança 3557. Relator: ministro Hahnemann Guimarães. Relator para acórdão: ministro Afrânio Costa. Impetrante: João Café Filho. Impetrado: Mesa do Senado Federal. Impetrado: Mesa da Câmara dos Deputados. *Diário de Justiça*, Brasília, DF, 4 abr. 1957. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1422906>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. MC na ADI 1480/DF. Relator: ministro Celso de Mello. Requerente: Confederação Nacional do Transporte. Requerente: Confederação Nacional da Indústria. Requerido: Presidente da República. Requerido: Congresso Nacional. *Diário de Justiça*, Brasília, DF, 18 maio 2001b.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. MC na ADI 2238-5/DF. Relator: ministro Ilmar Galvão. Relator para acórdão: ministro Carlos Ayres Britto. Requerente: Partido Comunista do Brasil. Requerido: Presidente da República. Requerido: Congresso Nacional. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 11 set. 2008a.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. RE 62731/GB. Relator: ministro Aliomar Baleeiro. Requerente: José do Couto Moreira. Requerido: Manoel Gonçalves de Carvalho. *Diário de Justiça*, Brasília, DF, 28 jun. 1968b.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. CTA 715/DF. Resolução nº 21.002/02. Relator: ministro Garcia Vieira. Consulente: Miro Teixeira e outros. *Diário de Justiça*, Brasília, DF, 15 mar. 2002b.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Fundo partidário*. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario-1/fundo-partidario>. Acesso em: 27 mar. 2018b.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Partidos em formação*. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/criacao-de-partido/partidos-em-formacao>. Acesso em: 24 ago. 2019d.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Partidos políticos registrados no TSE*. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em: 24 ago. 2019e.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultados das eleições de 1994*. Brasília, DF, 1994b. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/brasil>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultados das eleições de 1998*. Brasília, DF, 1998b. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/quadro-geral-eleicoes-1998>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultados das eleições de 2002*. Brasília, DF, 2002c. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/resultados-das-eleicoes-2002>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultados das eleições de 2006*. Brasília, DF, 2006d. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006>. Acesso em: 16 jul. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultados das eleições de 2010*. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/estatisticas>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultados das eleições de 2014*. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso em: 17 jul. 2017.

CAIADO, Ronaldo. *Projeto de lei do Senado nº 206, de 2017*. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, permitir a propaganda eleitoral paga no rádio e na televisão, e restringir o horário eleitoral gratuito aos canais de rádio e de televisão de responsabilidade do poder público. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129782>. Acesso em: 30 mar. 2018.

DUTRA, Tarso. *Projeto de lei 1870/1952*. Institui o Fundo Partidário, regula a sua distribuição, e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF, 1952. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=197122>. Acesso em: 12 jul. 2017.

ESPAÑA. [Constituição (1978)]. *Constitución española*. Madrid, 1978. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090117221451/http://www.boe.es/boe/dias/1978/12/29/pdfs/A29313-29424.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. [Constituição (1787)]. *Constitution of the United States of America*. Philadelphia, 17 set. 1787. Disponível em: https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm. Acesso em: 20 jan. 2018.

FERRAÇO, Ricardo. *Proposta de emenda à Constituição nº 282 de 2016*. Altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos; e estabelece normas de transição. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2118401>. Acesso em: 29 mar. 2018.

FERRAÇO, Ricardo *et al.* *Proposta de emenda à Constituição nº 36, de 2016*. Altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126473>. Acesso em: 28 mar. 2018.

FRANÇA. [Constituição (1958)]. *Constitution de la République Française*. Paris, 4 out. 1958. Disponível em: <https://www.conseil-constitutionnel.fr/le-bloc-de-constitutionnalite/texte-integral-de-la-constitution-du-4-octobre-1958-en-vigueur>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FRANÇA. *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen de 1789*. Paris, 1789. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/Droit-francais/Constitution/Declaration-des-Droits-de-l-Homme-et-du-Citoyen-de-1789>. Acesso em: 15 dez. 2017.

ITÁLIA. [Constituição (1947)] *Constituição da República da Itália de 1947*. Roma, 17 dez. 1947. Disponível em: <https://www.senato.it/documenti/repository/istituzione/costituzione.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

c) Outros documentos

AGÊNCIA ESTADO. Lula chama oito partidos para inaugurar o conselho da coalizão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 dez. 2006. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-chama-oito-partidos-para-inaugurar-conselho-da-coalizao,20061206p59991>. Acesso em: 17 jul. 2017.

AGÊNCIA SENADO. Ex-presidente Itamar Franco lançou Plano Real, participou das “Diretas Já” e da Constituinte. *Senado Notícias*, Brasília, DF, 2 jul. 2011. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/07/02/ex-presidente-itamar-franco-lancou-plano-real-participou-das-diretas-ja-e-da-constituente>. Acesso em: 10 jul. 2017.

DILMA vence eleição mais acirrada da democracia brasileira. *GI*, [s. l.], 27 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/10/dilma-vence-eleicao-mais-acirrada-da-historia-da-democracia-brasileira.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FREITAS, Jéssica. Segundo turno presidencial é o mais acirrado da história. *Terra*, [s. l.], 21 out. 2014. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/eleicoes/segundo-turno-presidencial-e-o-mais-acirrado-da-historia,f1aea71484339410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html> . Acesso em: 10 jan. 2017.

GADELHA, Igor *et al.* Eduardo Cunha aceita pedido de impeachment contra Dilma Rousseff. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 dez. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,eduardo-cunha-aceita-pedido-de-impeachment-contra-dilma-rousseff,10000003662>. Acesso em 13 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do século XX*. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>. Acesso em: 10 jul. 2017a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Representação política. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do século XX*. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/representacao-politica.html>. Acesso em: 10 jul. 2017b.

KRIEG, Gregory. It's official: Clinton swamps Trump in popular vote. *CNN*, New York, NY, 22 dez. 2016. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2016/12/21/politics/donald-trump-hillary-clinton-popular-vote-final-count/index.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.

NA DISPUTA mais acirrada da história, Dilma é reeleita presidente do Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 out. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1537894-dilma-e-reeleita-presidente-do-brasil.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2017.

OLIVEIRA, Noelle. Eleição presidencial de 2014 foi a mais acirrada após ditadura. *Portal EBC*, Brasília, DF, 27 out. 2014. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/eleicoes-2014/2014/10/eleicao-presidencial-de-2014-foi-a-mais-acirrada-desde-1989>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SIQUEIRA, Carol. Câmara autoriza a instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra. *Câmara Notícias*, Brasília, DF, 17 abr. 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-Ein-137-CONTRA.html>. Acesso em: 13 jan. 2017.